

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS PM

JHONES BATISTA DE OLIVEIRA

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE TREINAMENTO DO POLICIAMENTO
OSTENSIVO DE MOTOCICLETAS UTILIZADAS PELO ESQUADRÃO ALBATROZ
DO 6º BPM DA PMMA**

São Luís
2018

JHONES BATISTA DE OLIVEIRA

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE TREINAMENTO DO POLICIAMENTO
OSTENSIVO DE MOTOCICLETAS UTILIZADAS PELO ESQUADRÃO ALBATROZ
DO 6º BPM DA PMMA**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Cel QOPM Esp. Aritanã Lisboa do Rosário

São Luís
2018

Oliveira, Jhones Batista de.

Descrição da necessidade de treinamento do policiamento ostensivo de motocicletas utilizadas pelo esquadrão albatroz do 6º BPM da PMMA / Jhones Batista de Oliveira. – São Luís, 2018.

... f

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais – Polícia Militar, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof. Cel. QOPM Aritanã Lisboa do Rosário.

1. Policiamento ostensivo. 2. Motopatrulhamento. 3. Esquadrão albatroz. 4. Polícia militar. I. Título

CDU: 355.424.5(812.1)

JHONES BATISTA DE OLIVEIRA

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE TREINAMENTO DO POLICIAMENTO
OSTENSIVO DE MOTOCICLETAS UTILIZADAS PELO ESQUADRÃO ALBATROZ
DO 6º BPM DA PMMA**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de
Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão para o
grau de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovado em: / /2018.

BANCA EXAMINADORA

Cel QOPM Esp. Aritanã Lisboa do Rosário (Orientador).
Polícia Militar do Maranhão

Maj QOPM Adonias Everton Dias Filho
Polícia Militar do Maranhão

Prof. Esp. Celso Machado dos Santos Junior
Universidade Estadual do Maranhão

A Deus, porque minha força vem do
Senhor.

A minha família, razão de minha
existência.

AGRADECIMENTOS

Dedico a Deus a vitória alcançada porque minha força vem do Senhor. Também minha querida esposa Maria Ednalva, meus lindos, Stephany, Thiago, Clarinha, meus pais, irmãos, sobrinhos, cunhado(a)s.

Aos irmãos em Cristo da Igreja Assembléia de Deus Monte Horebe em Nova Terra, todos sem distinção, representados pelo Pastor José Gomes e evangelista Valber.

Ao Comandante, instrutores da APMGD e professores da Uema representados pela Professora Vera, Diretora do Curso de Formação de Oficiais, Dr José Rômulo da Silva Travassos que são profissionais dedicados, compreensivos e sempre dispostos a colaborar em nosso melhor desempenho.

À nossa querida Lurdinha pelo interesse, responsabilidade, empenho. Sua alegria é a marca registrada nesse curso.

Ao Prof. Esp. Celso Machado dos Santos Junior pela imensa consideração, respeito e amizade.

Ao meu Orientador Cel. QOPM Aritanã, pelo aprendizado que proporcionou durante toda a minha formação em Polícia Comunitária, aos policiais do 6º BPM em especial Esquadrão Albatroz.

Aos policiais do BPChoque, onde atuam o Major QOPM Adonias e Sargento Eliton que foram muito solícitos a minha pesquisa.

Aos meus eternos amigos e companheiros nessa caminhada em que dividimos as dificuldades, superações dos trabalhos acadêmicos e apresentação de seminários. Das brincadeiras dentro do ônibus na volta da Uema para academia.

Aos colegas de turma pelos incontáveis momentos a serem lembrados onde quer que estejam, seremos os Bravos Infantes... Avante combatentes!!!

“Os profissionais não se improvisam e o mando deve caber ao mais digno e competente.”

General Costa Salgado Filho

RESUMO

O Motopolicciamento se constitui numa modalidade específica bastante operativa no enfrentamento do crime e na cooperação para paz social devido a sua agilidade frente ao intenso fluxo de veículos das grandes metrópoles. O objetivo deste trabalho foi descrever a necessidade do treinamento do policiamento ostensivo de motocicletas utilizadas pelo esquadrão albatroz do 6º BPM da PMMA como forma de contribuir de maneira eficaz no combate e redução da criminalidade na área leste de São Luís-MA. Tendo ainda como objetivos específicos apontar em que medida o quantitativo e conteúdo dos treinos realizados são satisfatórios para a realização adequada das atividades profissionais; Descrever o grau de importância, a adequação e a qualidade dos instrumentos de trabalho; Indicar em que medida se utiliza os equipamentos de proteção individual e o quanto são importantes para realização das atividades. A metodologia deste estudo, cujo caráter é exploratório, envolveu a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. As abordagens para a análise dos resultados são quantitativa e qualitativa evidenciadas pelo instrumento de coleta de dados composto por um questionário com dezenove perguntas fechadas cuja amostra foi retirada dentre os soldados que compõe o grupamento. Portanto, pode-se concluir que os policiais possuem certo nível de capacitação, tem interesse na formação continuada e os EPI's são ofertados e utilizados por grande maioria. Foi sugerida a confecção de um Procedimento Operacional Padrão no intuito de aperfeiçoar as ações do motopatrulhamento com vistas a nortear e legitimar as ações da Polícia Militar.

Palavras-chave: Policiamento Ostensivo. Motopatrulhamento. Esquadrão Albatroz. Polícia Militar.

ABSTRACT

The policing of motorcycles constitutes a specific modality very operative in the confrontation of the crime and the cooperation for social peace due to its agility in front of the intense flow of vehicles of the great metropolis. The objective of this work was to describe the need for training in ostensive motorcycle policing used by PMMA's 6th BPM squadron as a way to contribute effectively to fighting and reducing crime in the eastern area of São Luís-MA. Also having as specific objectives to indicate to what extent the quantitative and content of the exercises performed are satisfactory for the adequate accomplishment of the professional activities; Describe the degree of importance, adequacy and quality of work tools; Indicate the extent to which personal protective equipment is used and how important it is to perform the activities. The methodology of this study, whose character is exploratory, involved the bibliographical, documentary and field research. The approaches to the analysis of the results are quantitative and qualitative evidenced by the instrument of data collection composed of a questionnaire with nineteen closed questions whose sample was taken from the soldiers that make up the grouping. Therefore, it can be concluded that the police have a certain level of training, are interested in continuing training and the EPI's are offered and used by a large majority. It was suggested that a Standard Operating Procedure be developed in order to improve the actions of motorcycle patrolling in order to guide and legitimize the actions of the Military Police.

Keywords: Ostensive Policing. Motopatroling. Albatroz Squad. Military police.

LISTA DE SIGLAS

BPChoque: Batalhão de Polícia de Choque
BPM: Batalhão de Polícia Militar
BPRV: Batalhão de Polícia Militar Rodoviária Estadual do Maranhão
CDC: Controle de Distúrbios Cíveis
CF: Constituição Federal
CIOPS: Centro Integrado de Polícia e Segurança
CP: Código Penal
CPP: Código de Processo Penal
CPTRAN: Companhia de Trânsito
CTM: Curso Tático de Motopatrulhamento
CTN: Código Tributário Nacional
EAD: Educação à Distância
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI: Equipamento de Proteção Individual
FLETC: Federal Law Enforcement Training Centers
GETAM: Grupamento Especial Tático de Motos
GIRO: Grupo de Intervenção Rápida e Ostensiva
ITMPO: Instrumento de Menor Potencial Ofensivo
LCP: Lei de Contravenções Penais
PMBA: Polícia Militar da Bahia
PMERJ: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMESP : Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMGO: Polícia Militar do Estado de Goiás
PMMA: Polícia Militar do Maranhão
PMPI: Polícia Militar do Piauí
PMSE: Polícia Militar do Estado de Sergipe
POP: Procedimento Operacional Padrão
QOPM: Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar
R/R: Reserva Remunerada
ROCAM: Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas
RONE: Rondas Ostensivas de Naturezas Especiais
SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública
STF: Supremo Tribunal Federal

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Gradiente de uso de força	23
Figura 02: Motopatrulhamento de BPRv	24
Figura 03: BPRv em deslocamento	29
Figura 04: Equipamentos de proteção individual	31
Figura 05: Esquadrão Albatroz do 6ºBPM	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Faixa etária.	38
Gráfico 02: Tempo de serviço na corporação	39
Gráfico 03: Satisfação do policial para com o treinamento	40
Gráfico 04: Interesse por treinamento específico	41
Gráfico 05: Já trabalhou em viaturas de quatro rodas	42
Gráfico 06: Diferenças entre policiamento de 02 rodas com o de 04 rodas	43
Gráfico 07: Percepção acerca da criminalidade	44
Gráfico 08: Melhorias sugeridas pelos policiais	45
Gráfico 09: Carga horária ideal	46
Gráfico 10: Oferta de EPI é suficiente no BPM	47
Gráfico 11: Uso de EPI	48
Gráfico 12: A quantidade de EPI é satisfatória	49
Gráfico 13: Necessidade de treinamento continuado	50
Gráfico 14 Importância de procedimento operacional padrão	51
Gráfico 15: Modelo ideal para o motopolicciamento	52
Gráfico 16: Concepção sobre o treinamento aproxima comportamento individual ao estabelecido pela Corporação	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 TREINAMENTO	16
2.1 treinamentos continuado e desenvolvimento profissional	19
3 POLICIAMENTO OSTENSIVO	22
3.1 Uso progressivo da força	23
3.2 Policiamento ostensivo de motocicletas	24
3.3 Especificidades acerca do motopatrulhamento	27
3.4 Aspectos históricos do motopatrulhamento	29
3.5 Vantagens e desvantagens do motopatrulhamento	31
3.6 Armamento e equipamento do motopatrulhamento	31
3.7 6º batalhão de polícia militar	32
3.8 Esquadrão albatroz do 6ºBPM.....	33
4 METODOLOGIA	35
4.1 Tipos de pesquisa	35
4.2 Local da pesquisa, universo e amostra.....	36
4.3 Instrumento e técnica de coleta de dados	36
4.4 Tratamento de dados	36
4.5 Delimitações da pesquisa.....	37
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	54
7 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE – Questionário sobre motopatrulhamento no 6º BPM	62
ANEXO – Modelo de POP	65

1 INTRODUÇÃO

O treinamento de colaboradores é uma necessidade organizacional. No âmbito da Polícia Militar, a educação é de tamanha relevância que há uma Diretoria de Ensino, dedicada a formação inicial e continuada dos profissionais desta corporação. Entretanto, para além da formação inicial, a atividade fim da polícia militar possui certas especialidades. Por especialidade, neste trabalho, abordaremos o motopatrulhamento, que é o policiamento ostensivo realizado através de motocicletas.

No Brasil, o uso de motocicletas nas organizações policiais militares teve início nos anos 1930. O pioneirismo coube à Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) que, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, comprou motocicletas para emprego em demonstrações e em escoltas de veículos de combate a incêndios.

No Maranhão o policiamento com motocicletas foi implantado em 1972 e em razão do sucesso operacional da experiência inicial, esta modalidade de policiamento foi estendida a outros tipos de policiamento, como o policiamento ostensivo geral, o policiamento rodoviário, o policiamento de eventos e o policiamento de segurança de autoridades e dignitários.

Em 2016, uma nova unidade foi criada com o objetivo de patrulhar as paradas de ônibus, pois os coletivos e seus pontos de parada estavam sofrendo uma onda de assaltos. Assim, nasceu o Batalhão Tiradentes com este objetivo primordial de trazer segurança a estes locais. Esta unidade policial militar, também atua no combate ao tráfico de drogas, roubo de veículos e porte ilegal de armas, os policiais do Tiradentes, atuam principalmente com motocicletas.

A escolha pelo tema sobre policiamento ostensivo motorizado, com enfoque no 6º Batalhão se deu pelo fato de se perceber que os resultados obtidos pela PMMA através da atuação das equipes de Motopolicciamento são de grande relevância para a Segurança Pública do Estado. Diante disso, surgiu o problema: De que maneira o treinamento do policiamento ostensivo de motocicletas do Esquadrão Albatroz do 6º Batalhão da PMMA contribui de forma eficaz no combate à criminalidade?

A justificativa tem em vista a relevância social deste trabalho está no avanço dos serviços prestados pela PMMA para todo o Estado por meio do

Motopolicciamento, pois contribui para uma polícia militar mais capacitada, mais envolvida com a sociedade e com a preservação da ordem pública. Por isso o motopatrulhamento é uma modalidade de policiamento que necessita de treinamento prévio e continuado do policial que atua na área, pois é uma atividade especializada e com riscos inerentes ao uso de motocicletas.

O Objetivo deste trabalho é descrever a necessidade do treinamento do policiamento ostensivo de motocicletas utilizadas pelo esquadrão albatroz do 6º BPM da PMMA, como forma de contribuir de maneira eficaz no combate e redução da criminalidade na área leste de São Luis-Ma. Tendo ainda como objetivos específicos apontar em que medida o quantitativo e conteúdo dos treinamentos realizados são satisfatórios para a realização adequada das atividades profissionais; Descrever o grau de importância, a adequação e a qualidade dos equipamentos de trabalho; Indicar em que medida se utiliza os equipamentos de proteção individual e o quanto são importantes para realização das atividades.

Este trabalho está dividido em sete capítulos. Sendo este o primeiro já comentado em uma contextualização acerca da importância do treinamento em uma Organização, um breve contexto histórico do uso de motocicletas em policiamento, a relevância do tema que traz a lume a justificativa, problemática, os objetivos do tema abordado.

O segundo capítulo seguinte trata do Policiamento Ostensivo e abrange o uso progressivo da força, o policiamento ostensivo de motocicletas, as especificidades acerca do motopatrulhamento, os aspectos históricos do motopatrulhamento, vantagens e desvantagens do motopatrulhamento, armamento e equipamento do motopatrulhamento, o 6º Batalhão de Polícia Militar e Esquadrão Albatroz do 6º BPM.

O quarto capítulo é a metodologia deste estudo, cujo caráter é exploratório, envolveu a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. As abordagens para a análise dos resultados são quantitativas e qualitativas.

O quinto capítulo faz alusão aos resultados e discussões que contém os dados obtidos com o questionário aplicado onde foram expostos através da tabulação de gráficos evidenciados pelo instrumento de coleta de dados composto por um questionário com dezenove perguntas fechadas cuja amostra foi retirada dentre os soldados que compõe o Esquadrão Albatroz do 6º Batalhão.

O sexto capítulo contém uma proposta de intervenção que envolve a criação de Procedimento Operacional Padrão relacionado ao motopatrulhamento. Evita-se com este tipo de procedimento que abusos sejam cometidos e que a sociedade tenha conhecimento dos seus deveres e direitos durante uma abordagem policial.

O sétimo capítulo aborda a conclusão deste trabalho monográfico obteve sucesso em descrever de que maneira o treinamento do policiamento especializado de motocicletas pode contribuir de maneira eficaz no combate e redução da criminalidade na área leste de São Luís-MA, pois através da padronização das ações e do treinamento continuado é evidente que os riscos e erros tendem a ser minimizados e aumentam a visibilidade da ação do motopatrulhamento, aumentando a sensação de segurança da comunidade.

2 TREINAMENTO

Para Vargas (1996, p.126), o treinamento se inicia junto com a civilização humanas, pois a tradição oral, onde o homem passa aos seus descendentes os conhecimentos que obteve para a próxima geração. Foi um diferencial que permitiu a sobrevivência do homem. Enquanto alguns especialistas relacionam o treinamento com o desenvolvimento da força de trabalho, outros o consideram de forma mais ampla, uma preparação do colaborador para que este possa desempenhar o cargo ou função que lhe é conferida. (CHIAVENATO 2009).

Um programa de treinamento deve, necessariamente, ter por objetivo capacitar os colaboradores para que desempenhem suas tarefas sim, mas também incluir na grade curricular destes treinamentos, disciplinas voltadas para o relacionamento interpessoal e formas de integração do indivíduo à organização. (CASQUEL e SANTOS, 2012).

O treinamento é um benefício para quem participa e um investimento que a organização faz, segundo Gil, (2012, p. 119), “O treinamento passou a ser visto como um sistema básico, onde passou a envolver, portanto, todas as atividades voltadas para o suprimento das carências de indivíduos ou grupo em tarefas necessárias para alcançar os objetivos da organização”.

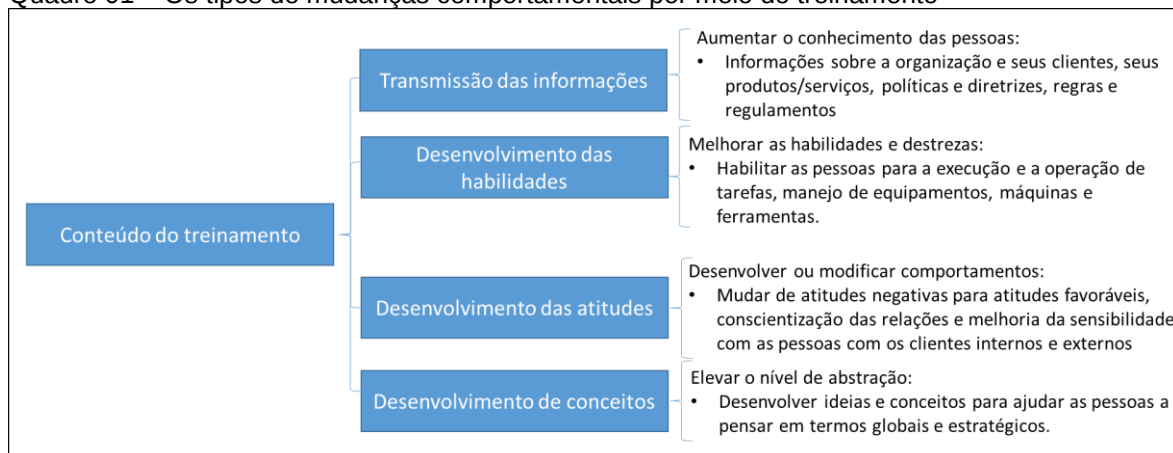
O objetivo primordial do treinamento é influenciar o indivíduo de forma comportamental, isto é, apresentar novas regras a serem seguidas, missões a serem cumpridas, incutir valores e orientar diretrizes. (CASQUEL e SANTOS, 2012). Isto posto, o treinamento do colaborador deve estar atento para competitividade do mercado em que ele atua. Nas instituições públicas esta é uma máxima que também deve ser seguida. (CHIAVENATO, 2009).

Enquanto o treinamento tem por objetivo condicionar os colaboradores, o desenvolvimento tem por objetivo fazer com que o indivíduo cresça na corporação. Qualquer atividade, cargo ou função têm uma série de requisitos que são exigidos do colaborador para que este possa atuar corretamente naquela área. (GIL, 2011). É por isto que os processos de desenvolvimento e treinamento se completam: O objetivo é garantir que determinada instituição possua colaboradores ou servidores, com uma série de competências das quais estas necessita para seu bom funcionamento. (ARAÚJO, 2006).

Ao treinar um novo colaborador, preparamos este indivíduo para exercer uma atividade na qual ele não conhecia antes, sendo capaz depois do treinamento de executar determinada tarefa sozinha ou até mesmo tornar multiplicador de tal conhecimento, é notório que treinar é um ato proposital que visa propiciar os meios que possibilitem a assimilação do conhecimento (aprendizagem). (CASQUEL e SANTOS, 2012). “Treinamento é um processo educacional de curto prazo e aplicado de maneira sistemática e organizada, por meio do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos definidos”. (CHIAVENATO, 2008, p.245).

Para Chiavenato (2009), o treinamento envolve as seguintes mudanças de comportamento: Primeiramente a transmissão de Informações, entre os servidores ou um facilitador, através do uso de informação pela organização acerca de seus produtos e serviços, a partir daí a segunda etapa é o desenvolvimento de Habilidades que consiste na prática do treinamento para desenvolver habilidades, assim a execução de tarefas e manuseio de máquinas e equipamentos exige treinamento específico, já o desenvolvimento de Atitudes é importante para materializar determinado conhecimento adquirido de forma prática, além de sensibilizar os colaboradores acerca do público interno e externo. A última etapa é o desenvolvimento de Conceitos para que os colaboradores tenham uma visão ampla do negócio em que estão inseridos. O quadro 01 demonstra a tipificação das mudanças comportamentais promovidas através do treinamento.

Quadro 01 – Os tipos de mudanças comportamentais por meio do treinamento



Fonte: Adaptado de Chiavenato, (2009, p.390)

Ao compartilharmos uma informação o conhecimento de ambos é aumentando, ao desenvolver suas habilidades, assim funciona o processo ensino-

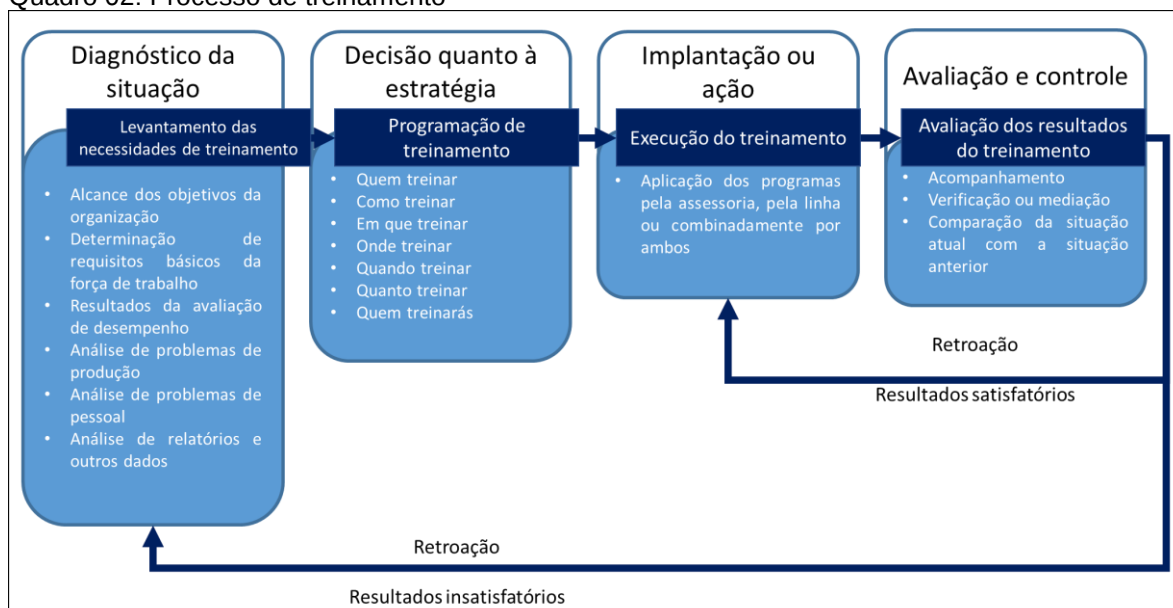
aprendizagem, através da transmissão de informação é que se aumenta o conhecimento das pessoas, isto é, através de partilha de informações. (CHIAVENATO, 2009)

Estas se informações se referem à própria empresa, seus produtos e serviços, suas regras e políticas etc., o desenvolvimento de habilidades melhora as agilidades e destrezas, principalmente as quais estão diretamente relacionadas ao desempenho do cargo, ou seja, trata-se de um treinamento orientado para o trabalho. (ARAÚJO, 2006).

Recomenda-se, portanto que o treinamento seja feito em toda e qualquer organização, independentemente da escala (CHIAVENATO, 2009). O treinamento possibilita a adequação das tarefas e rotinas, evitando trabalhos mal feitos. O objetivo é de economizar recursos e tempo. Chiavenato (2009, p.348) aponta que, “treinar pessoas é prepará-las para executar tarefas de acordo com cada cargo ou função”.

Assim, ao compreendermos o treinamento como um processo este pode ser realizado em quatro etapas, conforme o quadro 2 aponta:

Quadro 02: Processo de treinamento



Fonte: Adaptado de Chiavenato (2009, p.392)

Como pode ser visto no quadro acima o treinamento é um processo complexo que se inicia no diagnóstico, perpassando pela decisão quanto à estratégia adotada para determinar a programação do treinamento em seguida a fase de implantação que deve ser posteriormente avaliada e controlada pois é preciso retroalimentar o

sistema, o que irá variar de acordo com o resultado, isto é, se foi ou não satisfatório. (CHIAVENATO, 2009)

2.1 Treinamentos continuado e desenvolvimento profissional

O treinamento continuado e o desenvolvimento profissional do policial militar podem contribuir de forma substancial para a melhora do policiamento de toda uma região. (SAPORI, 2002). Pode-se afirmar de forma tácita que o treinamento continuado é indubitavelmente a melhor forma de investimento para o policial militar, para a corporação policial e para o Estado. (CHIAVENATO, 2009). O aumento da eficiência no policiamento depende da maior eficiência de seus policiais, o que só pode ser conseguido através de uma mão de obra capacitada. “Capacitação significa capacidade, ser capaz de. Neste caso capaz de atuar de forma eficaz e eficiente, aperfeiçoando estas qualidades continuamente. ” (CASQUEL e SANTOS, 2012, p.1)

A tecnologia da informação é uma das principais ferramentas para aprimorar a capacitação profissional do policial militar. É um setor explorado na PMMA através da Educação a Distância (EAD). É um departamento que necessita de profissionais qualificados e atualizados. (PMMA, 2018)

De forma diametralmente oposta ao ensino formal, o treinamento do policial militar (profissional), exige dinamicidade e segmentação (conhecimento em módulos). (CASQUEL e SANTOS, 2012). Estes dois quesitos são necessários pois é preciso adequar o cronograma de treinamento do policial com sua disponibilidade de tempo entre serviço e folga. (CASQUEL e SANTOS, 2012)

Para Las Casas (2008), existem dois tipos básicos de treinamento: o inicial que é direcionado para novos colaboradores, e o de reciclagem que tem por objetivo melhorar as capacidades destes colaboradores em algum ponto onde demonstram fraqueza. O treinamento inicial é útil, pois proporciona a padronização de procedimentos, dá a orientação sobre equipamentos, hierarquia, estrutura física, tecnologia e transmite as informações relevantes para o aperfeiçoamento do desempenho. (BEDIN, 2007)

Por outro lado, o treinamento de reciclagem tem por objetivo identificar os pontos fracos dos colaboradores com o objetivo de ajudá-los com treinamento específico. (SAPORI, 2002). Entretanto de maneira geral, no país, é possível

constatar que em alguns setores, tanto público como privado como assevera Las Casas (2008, p.22) “o treinamento ocorre de forma descontinuada, sem atividades programadas, com decisões utilizadas apenas para ‘apagar incêndios”. Desta forma a formação resolve apenas problemas imediatos, é necessária uma modificação que desenvolva o indivíduo dentro dos seus conhecimentos, habilidade e atitudes. (LAS CASAS, 2008).

Corroborando com o que Las Casas, relatou no parágrafo acima, o California Commission (2016, p.7) descreve que o treinamento continuado em policiamento em motocicletas é necessário, pois: “A operação proficiente de uma motocicleta policial é uma habilidade perecível o policial deve receber treinamento regular para manter e melhorar a habilidade individual, competência e capacidade total da unidade”.

Acerca da educação institucional, esta deve ser voltada para os interesses da corporação policial militar reforçando os princípios basilares da organização previsto no Estatuto dos Policiais Militares do Maranhão, isto é: Hierarquia e Disciplina. (MARANHÃO, 1995). A formação continuada é necessária diante de um cenário onde as situações reais, as condições de trabalho de treinamento e remuneração levam o policial ao sentimento de insatisfação para com a corporação. (SAPORI, 2002). Assim, o papel da escola nesse cenário é inegável. Para as corporações policiais este papel de educação continuada é exercido nas escolas de formação e aperfeiçoamento de praças e nas academias de formação de oficiais. (MORAN, 1996)

O discurso de que a formação policial age com violência tem caráter histórico e é imposto pela sociedade, principalmente pela mídia. (PONCIONI, 2004). O quarto poder exerce forte influência sobre o espaço de formação de discursos. Desta forma as constantes cenas de violência policial, superam o discurso de uma polícia moderna, comunitária, científica e que atenta para os direitos humanos. (PONCIONI, 2004)

Chizzotti (2012, p.128) aponta que “ao analisar-se um discurso de forma crítica é preciso considerar a linguagem conexa com a estrutura social, avaliar a função do discurso a ideologia de produção, manutenção e transformação das relações sociais de poder”.

Embora exista uma mudança e por consequência dela, há uma melhora na educação e formação policial militar, o discurso de uma formação que incita a

violência ainda é forte, ainda mais por causa da mídia. (MORAN, 1996, PONCIONI, 2004) A modificação do processo de formação policial, de acordo com Moreira (2001, p.139) “é baseado também na formação de professores, que se comprometem de forma intransigente com as questões de emancipação e transformação da didática”. Esse novo processo de formação combina conhecimento e crítica com um apelo para a transformação da realidade social em benefício exclusivo da democracia nas comunidades. (AZEVEDO, 2014)

Desta forma, é a educação institucional que, por sua característica de criticidade em relação a atividade policial militar que constrói a nova formação policial militar. (SAPORI, 2002). A necessidade de uma formação crítica nasceu virtude das ocorrências com resultados negativos, além de fatos isolados de policiais militares que influenciam de maneira macro a opinião pública. (AZEVEDO, 2014). Todo um esforço a nível estratégico pode ser comprometido por atos isolados de abuso de autoridade que maculam toda uma instituição, colocando em cheque todo um trabalho que visa modificar e aperfeiçoar a imagem da PMMA. (MORAN, 1996)

Somente através da educação continuada é que o rótulo de polícia violenta e opressora pode ser modificado uma vez que atividade precípua de policiamento ostensivo carece que o policial esteja alinhado com os direitos humanos e a filosofia e estratégia organizacional de polícia comunitária, ações que somente a educação do e para o policial militar podem desenvolver. (SAPORI, 2002; LAS CASAS, 2008).

O treinamento é essencial em todos os aspectos da aplicação da lei. Desenvolve o potencial do policial e melhora a capacidade da organização. Um programa de treinamento de motociclistas, por exemplo, fortalece habilidades e conhecimentos dos indivíduos de determinado grupamento, ao mesmo tempo em que eleva a competência e segurança da unidade policial. Os custos associados à formação são um investimento e separar verbas (orçamentação) para a formação é uma prática proativa de gestão de risco. (CALIFORNIA COMMISSION, 2016)

3 POLICIAMENTO OSTENSIVO

O Policiamento Ostensivo, pela sua etimologia aponta de forma objetiva que este deve ter a maior visibilidade possível. Ele é executado por meio da polícia ostensiva (militar) que com base numa série de processos de vários tipos e modalidades. Conforme o art. 144 da Constituição Federal preceitua no seu parágrafo 5º: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. (BRASIL, 1988).

É um tipo de policiamento exclusivo da polícia militar, que é facilmente identificado pelo uso do fardamento, equipamentos armamentos meios de locomoção, desenvolvem suas ações observando critérios táticos, técnicos próprios da atividade. O objetivo sempre é a tranquilidade e bem-estar da comunidade. (SOUZA, 2001)

A necessidade básica de segurança, inerentes a qualquer sociedade e indivíduo são alicerçadas também no policiamento ostensivo. Conforme o conceito da Polícia Militar do Estado do Amazonas, policiamento ostensivo é:

A atividade dinâmica de execução da polícia ostensiva, que obedece a características, princípios e variáveis próprias, objetivando satisfazer as necessidades básicas das comunidades e do cidadão. É exclusivo das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados são identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública. (PMAM, 2009, p. 13).

Di Pietro, (2001, p.112), define policiamento ostensivo como “a atividade do Estado que limita o exercício dos direitos individuais em benefícios do interesse público”. Assim, a função do policiamento ostensivo é a de prevenir crimes, contravenções e violações de normas administrativas em determinadas áreas tal qual no policiamento ostensivo de trânsito. (SANCHES, 2015). O Policiamento ostensivo constitui-se, portanto, de medidas preventivas e de segurança, com o objetivo de evitar que ocorram delitos e violações de normas. (SILVA, 1995).

Uma característica indissociável do Policiamento Ostensivo é a sua visibilidade em todos os locais e horários possíveis, que cria a sensação de segurança através da onipresença da força policial fardada e facilmente identificada nos locais de policiamento. (BRASIL, 1969). Assim, a propagação desta sensação de segurança, quando o policiamento responde prontamente a ocorrências criminosas com agilidade ocorre de boca em boca e através da imprensa (escrita e falada). (ZAFFARONI, 2007). Desta forma um potencial delinquente ou contraventor,

fica convencido, mesmo sem tentar praticar o ilícito de que o serviço de policiamento não falhará caso ele cometa um delito. (CAMOLESI, 2014).

O policiamento ostensivo, portanto, é um serviço indispensável do Estado pois desempenha um papel fundamental para atingir os objetivos da sociedade, pois é a única forma de serviço que vai tratar de forma direta a eliminação da própria oportunidade de cometimento de delitos, pois ao mesmo tempo que busca reprimir o desejo do potencial infrator em cometer determinado ilícito, também combate de forma direta quando este se consuma com o uso da força legítima. (SOUZA, 2001) Conforme preceitua a carta magna no caput do art 144. “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. (BRASIL, 1988)

3.1 Uso progressivo da força

Para Fagundes (2017, p.1) o uso progressivo da força é a expressão utilizada para determinar, regular e disciplinar o dever legal do uso da força atribuído ao Estado por meio da força policial. O autor assevera que o policial realiza uma avaliação prévia da situação e do indivíduo, a partir daí, seleciona a opção de força equivalente. Estas ações visam conter e controlar o indivíduo suspeito. A simples presença policial pode ser considerada um nível de uso da força, sendo o último nível a força letal. (PF, 2009).

No motopatrulhamento a ação ostensiva de motocicletas demonstra a força do Estado no seu nível mais elementar, que pode evolui para o uso da arma de fogo com o objetivo de impedir que um malfeitor atente contra a vida da guarnição ou de outrem. (CAMOLESI, 2014). Conforme relatado no caderno didático homologado pela Polícia Federal (2009, p.23), “a mera presença do vigilante uniformizado pode ser na maioria dos casos o bastante para conter um crime ou ainda prevenir um futuro crime, bem como evitar ações de pessoas mal-intencionadas. ”.

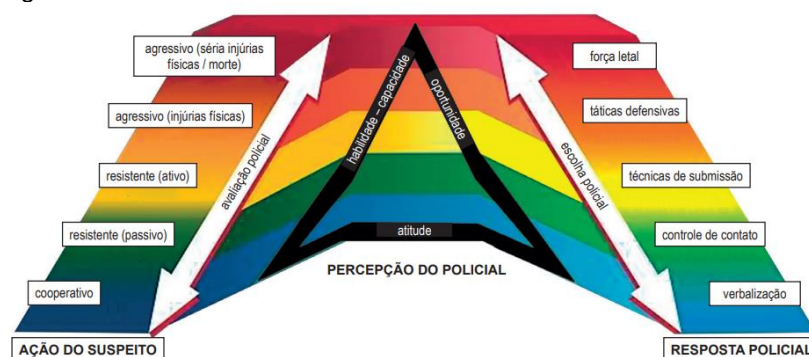
Há na literatura, diversos modelos de uso progressivo da força. São vários protocolos que visam direcionar o agente da lei acerca de qual (re)ação ele deve ter em relação a pessoa abordada, a própria Secretaria Nacional de Segurança Pública possui um curso relacionado ao uso progressivo da força, neste curso são citados

vários modelos como: FLETC, Nashville, Canadense e Gillespie. (FAGUNDES, 2017)

O modelo FLETC, por exemplo deriva da sigla Federal Law Enforcement Training Centers, que é uma entidade norte americana que é responsável pelo treinamento de profissionais daquele país, treinando mais de noventa agências federais dos Estados Unidos. (FLETC, 2018).

Este modelo de uso progressivo da força é bastante completo e pode ser visualizado na figura abaixo:

Figura 01: Modelo FLETC



Fonte: Ícone Editora (2018).

Depreende-se do modelo acima que a resposta policial vai variar de acordo com a ação do suspeito, enquanto a verbalização é utilizada quando o indivíduo está cooperando, na medida que ele se torna resistente de forma passiva ou ativa, haverá uma resposta policial compatível: Controle de contato e Técnica de submissão, respectivamente. O escalonamento vai até o uso da força letal como último recurso. (FLETC, 2018).

3.2 Policiamento ostensivo de motocicletas

O Motopatrulhamento é necessário por que embora a polícia utilize motos para fazer o bem, muitos crimes de homicídios, latrocínio, furtos e roubos são cometidos devido ao caráter de anonimato propiciado pelo uso do capacete e rápido meio de fuga diante das condições de trânsito e a destreza em camuflar os dígitos das placas de reconhecimento veicular que as motocicletas também proporcionam aos malfeitores. (SENASP, 2010).

Os crimes cometidos em motocicleta dificultam a eficácia do trabalho da polícia pelas viaturas convencionais nessa forma de atuação de práticas criminosas,

“passar por becos estreitos, subir escadarias, passar por pontes de madeira em palafitas flutuantes, passar pelos meios de jardins, passeios públicos e canteiros de vias ou mesmo atravessar passarelas em avenidas” (MENEZES, 2007, p.1).

Como parceiro na prática de delitos devido ao empunho de arma de fogo propiciado pelas mãos livres, os meliantes utilizam “garupa”, estes prontos para a reação, inclusive contra as guarnições policiais durante acompanhamento. (CAMOLESI, 2014). Para combater tais práticas ilícitas, as unidades operacionais dos Estados atuam em grupamentos táticos e dão uma resposta imediata às solicitações do rádio patrulhamento no combate e prevenção de delitos, mas há falhas devido à grande extensão territorial de abrangência dessas unidades de policiamento operacional. (SILVA, 2017). A figura 02 demonstra uma equipe de motopatrulhamento da BPRv.

Figura 02: Motopatrulhamento da BPRv



Fonte: PMMA (2018)

Apesar de sua mobilidade dentro da cidade, constantemente as motocicletas são utilizadas com ponto central objetivado na fiscalização do trânsito, deixando de lado a prevenção de delitos que gerando grandes prejuízos para a população em geral. (CAMOLESI, 2014). Na contramão das grandes cidades, os municípios interioranos do Brasil, usam motocicletas como ponto fundamental para um trabalho eficiente realizado pelos policiais motociclistas aliado com outras modalidades de policiamento, tais como o aéreo e o de embarcações fluviais (MENEZES, 2007).

De acordo com o Deputado do Estado Do Rio de Janeiro, Nilton Salomão (2010) que em seu projeto de lei Nº 2524/2009 estabelecia um percentual mínimo

para a quantidade de motocicletas na PMRJ em relação ao número de motocicletas circulantes no estado as justificativas para tal lei eram:

A utilização de motocicletas na prática de delitos tem aumentado de forma considerável nos últimos anos. A agilidade de uma motocicleta na abordagem das vítimas, e na fuga dos locais dos crimes são os grandes atrativos para que este veículo seja largamente usado pelos criminosos. Uma moto pode entrar em locais que um automóvel não entra, bem como mudar de sentido nas ruas, ou transpor canteiros, fatos impensáveis para um carro. Eficaz na abordagem, ágil na fuga, as motocicletas precisam ser combatidas com instrumentos compatíveis com suas características. Somente a utilização de outras motocicletas, poderá minimizar esse tipo de atuação. Com iguais características de deslocamento, as motos podem perseguir de forma eficaz os criminosos, e obter resultados que os carros tradicionais não conseguem (SALOMÃO, 2010 *apud* SENASP, 2010, p. 3).

A utilização de motos em crimes no Brasil decorre do intenso fenômeno da urbanização e industrialização que provocou diversas transformações no âmbito do aprimoramento da Segurança Pública no sentido melhorar a prevenção de crimes e delitos de reduzido potencial ofensivo, introdução de técnicas e estratégias voltadas à realidade vivida cotidianamente, além de utilizar um planejamento estratégico condizente com a respeitabilidade dos Direitos Humanos respaldadas nos tratados, convenções, códigos e princípios internacionais no âmbito do uso proporcional da força em suas atuações. (SENASP, 2010).

Vale ressaltar a não existência de dados oficiais no Brasil acerca da consolidação das estatísticas de cometimento de crimes praticados por pessoas conduzindo motocicletas, tendo em vista a não existência de um elo entre no registro e as informações das condições das ocorrências na maior parte dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública nos diversos Estados da Federação, ainda assim, observa-se que é uma realidade gritante nas grandes metrópoles e conglomerados urbanos do país (SENASP, 2010).

No Brasil existem muitas Corporações que se deram conta do crescimento sobressaltado de ocorrências com a utilização de motocicletas através das condições difíceis ligadas ao intenso fluxo de veículos nas grandes cidades dificulta a atuação das viaturas do policiamento ordinário. (MENEZES, 2007). A partir de 1980, vários grupamentos foram criados com o objetivo de atuar no policiamento ostensivo e preventivo, utilizando as motocicletas no patrulhamento no combate à criminalidade, tem-se a ROCAM-PMSP como modelo e o GIRO-PMGO, entre diversas outras que compartilham de similares doutrinas como diretriz (SENASP, 2010).

3.3 Especificidades acerca do motopatrulhamento

Além de correto armamento e equipamento de segurança, o policial que desenvolve o patrulhamento ostensivo deve fazer um curso preparatório, pois o uso rotineiro para o trabalho policial exige uma atenção redobrada de maneira permanente com o trânsito e seu redor, além de gozar de plena capacidade e aptidão no ato da condução, devendo levar em conta a eficiência e eficácia na atuação preventiva e ostensiva. (CAMOLESI, 2014). Diante deste cenário, além de não se devem empregar policiais que não sejam voluntários é importante ressaltar a necessidade de adotar formas de incentivar esse profissional para desempenhar atividade com motocicletas em suas atuações. (MENEZES, 2007).

O California Commission on Peace Officer Standards and Training (Comissão da Califórnia sobre normas e treinamento de oficiais de paz) estabeleceu num manual de 2016 as Diretrizes Operacionais e Recomendações Padronizadas de Treinamento que relata:

Um programa de motocicletas policiais pode melhorar a eficácia operacional de uma agência quando os objetivos do programa são claramente definidos por meio de políticas e objetivos. A unidade deve ser sistematicamente desenvolvida para atender as metas do programa identificadas através de seleção de pessoal, equipamentos e padrões de treinamento que devem ser uniformes e de alta qualidade. (CALIFORNIA COMMISSION, 2016, p.1)

Não há dúvidas quanto à habilitação do policial na categoria “A” como requisito da legalidade e acatamento da legislação pertinente ao Trânsito na condução de motocicletas no Patrulhamento. Contudo, apenas possuir a Carteira de Habilitação – CNH, não quer dizer que o policial goza de aptidão para desempenhar suas funções no combate e prevenção de crimes utilizando a moto para essa finalidade. (SENASP, 2010). A categoria “A” deverá ser a condição necessária no processo de seleção e ingresso na função de piloto policial na Unidade Militar, assim como acontece em diferentes categorias prescritas na legislação pertinente relativa ao trânsito (SENASP, 2010).

No âmbito da PMMA, o Curso Tático de Motopatrulhamento - CTM é uma realidade, é ofertado pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), com carga horária total de 386h/a (trezentos e oitenta e seis). O primeiro curso foi realizado no período de 15 de janeiro a 05 de março de 2018 sob coordenação do Major QOPM Adonias Everton Dias Filho. O curso teve a parte de tiro policial realizada em

parceria com o grupamento GIRO da PMTO, realizado em Palmas-TO, outro estágio prático foi o de Batedor, realizado na junto com a PMDF. (PMMA, 2017).

A carga horária e as disciplinas e a carga horária do curso estão disponibilizadas conforme a tabela 01 abaixo:

Tabela 01 - Grade curricular do I CTM.

DISCIPLINAS	CH
COMBATE À INCÊNDIO	5
TÉCNICAS DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR	5
DIREITOS HUMANOS	6
GERENCIAMENTO DE CRISE	10
TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	30
COMBATE CORPO A CORPO	20
INSTRUÇÃO TÁTICA INDIVIDUAL	10
PATRULHA URBANA	10
PATRULHA RURAL	10
NOÇÕES DE EXPLOSIVOS	8
INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – ITMPO	20
TÉCNICA E TÁTICA DE CDC	18
MECÂNICA DE MOTOS	20
IDENTIFICAÇÃO VEÍCULAR	6
TÉCNICAS DE PILOTAGEM ON-ROAD	60
TÉCNICAS DE PILOTAGEM DE ALTO RISCO	30
TÉCNICAS DE PILOTAGEM OFF-ROAD	20
NOÇÕES BÁSICAS DE BATEDORES E ESCOLTA POLICIAL	30
DOCTRINA E TÉCNICAS DE ABORDAGEM	12
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	6
TIRO POLICIAL	30
ESTÁGIO	20

Fonte: PMMA (2017).

Devido às condições de insalubridade provocadas pelas variações do tempo e do clima provocam um desgaste acentuado no policial piloto, aliado à carga excessiva de calor atua também o peso do armamento e equipamento sobre a coluna vertebral, mãos, pés e as condições exaustivas de tráfego das grandes cidades requerem medidas motivacionais diferenciadas para esse profissional. (MENEZES 2007). Para isso é necessário regulamentar formas compensatórias para que o policial de moto se sinta satisfeito com sua função (SENASP, 2010).

Portanto seja de maneira pecuniária dependendo da situação de cada Corporação ou a redução do tempo de trabalho, tendo em vista as restrições físicas

a que este profissional se submete e a realidade de cada grupamento e as condições particulares de cada região. (SENASP, 2010). O motopatrolhamento não poderá ultrapassar a carga horária máxima de 08 (oito) horas diárias com intervalos de descanso no intuito de restaurar a qualidade operacional de cada. As escalas recomendadas devem conter intervalos de 8 x 40, 12 x 60, 6 x 18 com repouso durante os finais de semana ou outras formas de escala tendo por princípio levar em conta as condições de desgaste físico gerado pela exposição desse tipo de patrulhamento (SENASP, 2010).

3.4 Aspectos históricos do motopatrolhamento

A Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) iniciou o trabalho com motociclismo a partir da década de 1930 em atuações como “Batedores”, ou seja, abrindo caminho para a passagem dos caminhões dos Bombeiros em seus deslocamentos. Até hoje são utilizadas as motocicletas Harley Davidson nos serviços de escolta durante as atividades da milícia bandeirante. (FELIPE, 2007).

No decurso da história as policias militares de todo o Brasil tem utilizado diversas marcas de motocicletas, motonetas e ciclomotores como Agrale, Lambreta, Honda, Yamaha, Suzuki, Kahena, BMW, Harley Davidson (HD) e Kawasaki. No geral, são de origem da atividade civil e recebem adaptações no intuito de melhorar aerodinâmica e a qualidade de manejo. Devido isso o policial motociclista terá uma vantagem significativa para ser um condutor diferenciado (BASTOS, 2012).

No Estado do Tocantins existe um policiamento especial com motocicletas denominado de GIRO (Grupo de Intervenção Rápida e Ostensiva), usado em situações que requerem necessária rapidez e em locais inacessíveis às viaturas do policiamento ordinário, todos esses policiais recebem um treinamento qualificado com aulas de manobras perigosas (PMTTO, 2016).

A partir de meados dos anos 70, o primeiro-tenente PMESP Pedro Melo, hoje coronel, encarregou-se de treinar de sua tropa de escolta no autódromo de Interlagos, tirando proveito de seu largo conhecimento em provas de corrida de Motocross. (SENASP, 2010). Ele se preocupou também com o melhor uniforme possível capaz de ajustar ao serviço desempenhado pelo seu Pelotão. Foi ele o responsável pela criação posterior das Rondas Ostensivas Móveis (ROCAM) como

instrumento bastante proveitoso na luta contra criminosos que praticam delitos em duas rodas nos grandes conglomerados urbanos. (SENASP, 2010).

Essas ações criminosas foram difundidas devido ao grande acesso desse tipo de transporte considerado um dos mais populares. Por isso esse fato tem sido objeto de estudo pelas polícias militares, já que os criminosos atuam sobremaneira atacando mulheres e pessoas idosas devido às suas maiores vulnerabilidades, além de atuarem no roubo a veículos de grande valor comercial (BASTOS, 2012). A figura 03 mostra o deslocamento no trânsito de São Luís-MA.

Figura 03: BPRv em deslocamento



Fonte: PMMA (2018)

Em Sergipe, foi criado O Grupamento Especial Tático de Motos (GETAM) em 09 de junho de 2009, no intuito de prevenir uma série de assaltos que eram feitos por delinquentes que se utilizam de moto. (PMSE, 2012). Foi projetado pelo então Capitão PM Gilmar na época, comandante da Companhia de Policiamento de Trânsito (CPTRAN). Estava claro que era preciso criar uma um policiamento tático especializado capaz de dar uma resposta imediata nas ações criminosas praticadas em motocicletas num trânsito desordenado das Grandes. (PMSE, 2012). Atualmente o grupamento mantém convênio com o Departamento de Trânsito de Sergipe e está diretamente subordinado em sua operacionalidade ao Comando de Policiamento Militar da Capital (PMSE, 2012).

A principal meta desse grupamento é agir no contra resposta aos atendimentos de ocorrências praticadas por meliantes motoqueiros de forma rápida. (PMSE, 2012). Atua também no policiamento preventivo e na fiscalização do trânsito e escolta de autoridades. Sua ação foi disseminada por todo o Estado dando ênfase nas localidades de difícil acesso das periferias e região central da cidade de Aracaju (PMSE, 2012).

3.5 Vantagens e desvantagens do motopatrulhamento

Dentre as vantagens e desvantagens do policiamento em motocicletas, a literatura especializada cita como vantagens:

Outros motociclistas tem uma maior aceitação por policiais que estejam executando o policiamento ostensivo em motocicletas, principalmente os entusiastas do motociclismo. (CAMOLESI, 2014). Sob certas condições, perpetradores não percebem este tipo de policiamento devido a sua descrição sendo as vezes utilizados em postos avançados de blitz de trânsito. Motocicletas vão até onde carros não vão. Motocicletas custam menos para o Estado de uma forma geral, tanto para a aquisição quanto para manter. Veículos de duas rodas são eco eficientes em comparação com um carro, o que traz benefícios para o meio ambiente. (IPMBA, 2018)

As desvantagens do motopolicamento residem principalmente na falta de segurança inerente a motocicleta. O policial fica vulnerável tanto a eventuais emboscadas como está exposto a acidentes graves em caso de tombos e quedas com o veículo. Ainda que haja todo um conjunto de EPI's, não se pode comparar a segurança de um carro com a de uma motocicleta. (CAMOLESI, 2014)

3.6 Armamento e equipamento do motopatrulhamento

Para desenvolvimento de tal trabalho, é necessário o uso de armamento específico e que combata de modo efetivo a criminalidade, para tal, a utilização da Pistola calibre. 40 deverão conter 03 carregadores de sobra no cinto de guarnição de maneira garantir poder de fogo suficiente para dar resposta em caso de reação. (SENASP, 2010). As carabinas e submetralhadoras são essenciais no uso de apoio do patrulheiro garupa que detém maior autonomia de reação sobre o piloto. Outros equipamentos essenciais são o armamento não letais tais como: tonfa, espargidor e o dispositivo eletro condutor (taser) no uso progressivo da força conforme determina os tratados internacionais de Direitos Humanos (SENASP, 2010).

O colete balístico tático tem a finalidade de diminuir o risco de vida dos agentes da lei, e garantir, durante a fase de deslocamento, uma maior segurança contra a perda da arma de porte e outros acessórios inerentes ao serviço policial. (FELIPE, 2007). Além desses, outras ferramentas indispensáveis para garantir um

bom serviço é o uso de um capacete de proteção com proteção anti-risco, Rádios transmissores (HT,s) conectados numa banda de forma a proporcionar as trocas de informações necessárias ao bom desempenho do serviço. (SENASP, 2010).

A figura 04 ilustra os equipamentos de proteção individual necessários para o desenvolvimento do motopatrulhamento.

Figura 04: EPI's para motopatrulhamento



Fonte: SENASP (2010)

Aliado a isso outros equipamentos adicionais devem ser levados em conta na proteção individual revelam a precisão como a Bota do motoqueiro deve ser de cano de 30 cm para dar maior proteção aos pés e canela, Luva, Capa de chuva, Joelheira, Cotoveleira, (Figura 04) Protetor da coluna cervical e Colete refletivos são muito utilizados de caráter ostensivo e preventivo do policiamento, sobremaneira o de trânsito (SENASP, 2010).

3.7 6º Batalhão de Polícia Militar

O 6º Batalhão de Polícia Militar surgiu com a construção das casas de unidade de moradia popular, que mais tarde fora denominada Cidade Operária. Como não havia Quartel na área e o quantitativo populacional crescia, instalou-se a necessidade da criação de suporte policial mais avançado, tendo em vista a distância entre essa nova concentração populacional e o restante da Cidade de São Luís. (MARANHÃO, 1993). Para essa finalidade fora deslocado um efetivo de

Policiais Militares do 1º BPM para garantir a preservação da ordem pública no local. Mais tarde, a 1ª e a 2ª Companhia passaram a se chamar de 6º BPM, através da Lei Estadual nº 5.657, de 16 de agosto de 1993. Esse novo efetivo passou a ocupar as dependências de um colégio, passando este mais tarde, a ser denominado de 6º BPM. (MARANHÃO, 1993). Essas instalações passaram por um processo de reforma e ampliação para atender às necessidades da nova Unidade durante o período de outubro de 2003 e fevereiro de 2004. (MARANHÃO, 1993).

O primeiro Comandante do 6º BPM foi o Tenente-Coronel QOPM Waldery Assis de Jesus (atualmente Coronel QOPM R/R), designado pelo Comandante Geral da PMMA da época, Cel Francisco Mariotti, este permanecera no Comando do 6º BPM, de 10 de janeiro de 1994 até 27 de janeiro de 1995. O Ten. Cel Waldery foi o responsável pelas obras de adaptação para que o prédio fosse transformado a partir de uma escola, em quartel. Atualmente o comando do Batalhão é exercido pelo MAJ QOPM Marcelo José Macedo de Carvalho. (PMMA, 2018).

3.8 Esquadrão Albatroz do 6ºBPM

Com o objetivo de fortalecer o policiamento existente e dinamizar o atendimento das ocorrências em São Luís e, em especial, na área leste da Região Metropolitana, a Polícia Militar do Maranhão (PMMA) criou o policiamento tático com motocicletas que contribui para a melhoria da segurança pública, atuando principalmente através da prevenção e do enfrentamento dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, consumo e tráfico de entorpecentes e roubo, ilicitudes classificadas como principais limitadores da efetividade das políticas de segurança pública. (PMMA, 2018).

O 8º Batalhão de Polícia Militar, pioneiro na utilização do motopoliciamento onde surgiu o Esquadrão Albatroz em 2009 pelo Major QOPM Raimundo Nonato Santos Sá. (PMMA, 2018). A utilização de motocicletas pelo 6º Batalhão favorece a atividade policial, como grande ação de presença, facilidade na transposição de obstáculos, além de proporcionar ao policiamento ostensivo melhor eficiência nos mais variados lugares e expressiva capacidade operacional. (PMMA, 2018).

A figura 05 demonstra a composição do efetivo policial do Esquadrão Albatroz.

Figura 05: Esquadrão Albatroz do 6ºBPM



Fonte: Maranhão News (2017)

O 6º BPM adotou o nome Esquadrão Albatroz em seu motopatrulhamento que é composto por dezessete policiais. Depreende-se, portanto que o grupamento é reservado apenas aos policiais que tenham interesse e aptidão pelo motopatrulhamento. (PMMA, 2018). O esquadrão (figura 05) atua com seis motos sendo da marca Honda modelo XRE 300.

4 METODOLOGIA

A realização desta pesquisa é baseada em algumas teorias científicas no que se refere a metodologia do trabalho científico. Sendo assim, levando em conta o objetivo geral e os específicos, este trabalho partirá das seguintes perspectivas metodológicas.

4.1 Tipos de pesquisa

A presente pesquisa tem caráter exploratório, que segundo Gil (2017, p.46) “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, aprimorando as ideias ou a descoberta de instituições”. Dessa forma, esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador a análise de informações diagnosticando um problema de maneira mais clara.

Em relação ao procedimento técnico, este trabalho foi amparado por pesquisa bibliográfica, documental e de campo tendo por base livros, documentos do 6º Batalhão e BPChoque e por meio da observação direta das atividades laborais e da percepção dos soldados que compõe o Esquadrão Albatroz.

Foi realizada ainda a pesquisa bibliográfica na qual será realizada a revisão de literatura publicada em fontes bibliográficas diversas, para fins de obtenção de informações; bem como em trabalhos disponibilizados em artigos da internet, em documentos impressos, ou em meio eletrônico, como livros, artigos, teses, etc. Utilizou-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas (SEVERINO, 2007).

Foram utilizados documentos oficiais provenientes da Polícia Militar do Maranhão de forma genérica, bem como dados do 6º Batalhão de Polícia Militar e do Batalhão de Choque, por isto esta pesquisa também tem caráter documental.

A pesquisa documental se utiliza de materiais que ainda não adquiriram um processamento analítico ou que podem ser redefinidos conforme os objetivos da pesquisa. (Gil, 2011)

A metodologia adotada compreende a pesquisa de campo utilizando-se questionário (Apêndice I). Nesse sentido Gonçalves (2003, p. 23) ressalta que:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir

ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

A pesquisa de campo tem como escopo a observação direta do grupo de policiais no intuito de auferir informações, coletar os dados e reuni-los para posterior análise. Foram realizadas visitas ao referido Batalhão para confirmar a investigação obtida pelo levantamento documental e bibliográfico.

4.2 Local da Pesquisa, Universo e Amostra

A pesquisa foi realizada no Esquadrão Albatroz do 6º Batalhão da PMMA localizado na Av. Este, s/nº - Cidade Operária em São Luís-MA no período compreendido entre os dias 24 do agosto a 11 de novembro de 2018.

O universo da pesquisa compreendeu 22 policiais que compõem o Esquadrão Albatroz que é responsável pelo Policiamento Especializado de motocicletas sendo que todos eles ocupam o cargo de Soldado. A amostra do estudo foi entrevistados 17 policiais ativos deste grupamento pelo critério de acessibilidade sendo que todos eles ocupam o cargo de soldado.

O cálculo da amostra prestigia um erro amostral de até 10%, assim, para obter-se um nível de confiança de 90%, da população de 22 policiais a amostra necessária definida é de 17 indivíduos, tal qual o realizado. (SANTOS, 2018).

4.3 Instrumentos e técnicas de coleta de dados

A seleção dos instrumentos e técnicas de dados sucedeu do problema de pesquisa proposto assim como dos objetivos que se pretende almejar. Para isso, os dados coletados para análise por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Também foi adotada a aplicação de questionário contendo 19 (dezenove) questões abertas e fechadas direcionadas aos policiais do 6º BPM incluindo as 04 (quatro) equipes do Esquadrão Albatroz do 6º Batalhão da PMMA (Apêndice I).

4.4 Tratamento de dados

Para a análise e interpretação dos dados, foram utilizados dados estatísticos em forma de gráficos, com dados quantitativos e em seguida, utilizando-se uma interpretação qualitativa das informações. Baseado nos dados obtidos

através dos questionários buscou-se levantar informações no intuito de verificar a necessidade de treinamento do policiamento ostensivo de motocicletas utilizadas pelo esquadrão Albatroz do 6º BPM da PMMA e a padronização de suas ações neste tipo de policiamento.

4.5 Delimitações da pesquisa

Não foram levados em conta os policiais que se encontravam de licença médica e férias que ficaram inacessíveis no período em que foi realizada a referida pesquisa de campo.

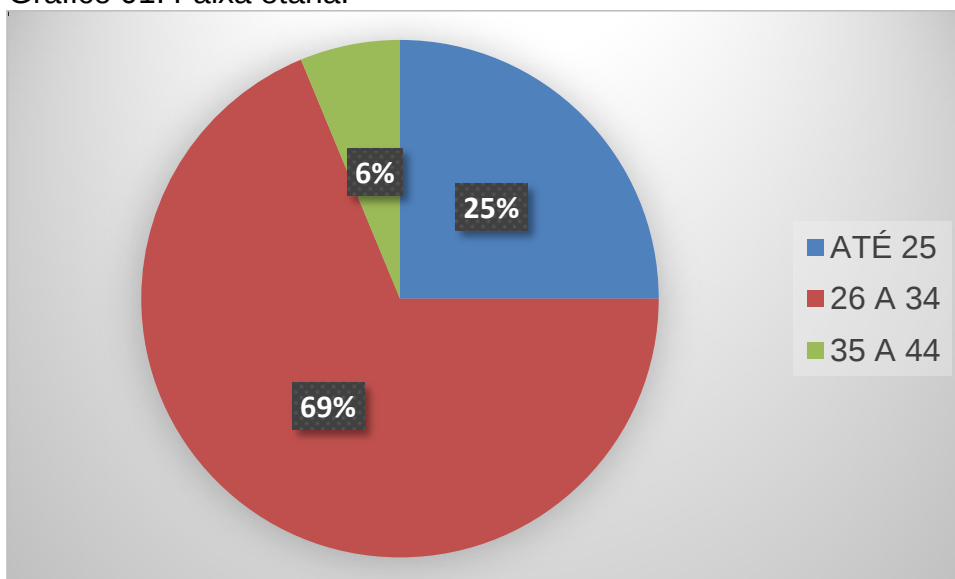
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos através do questionário (Anexo I) foram compilados estão dispostos a seguir:

Todos os policiais são do sexo masculino. Esse fato revela que as mulheres ainda são minorias, uma vez que são ofertadas 10% de vagas nos concursos para a Polícia Militar e as poucas que existem no Batalhão não tem interesse nessa modalidade de policiamento.

A faixa etária predominante é a de 26 a 34 anos, representando 69% dos policiais que responderam à pesquisa. O gráfico 01 representa os dados obtidos acerca da idade dos policiais entrevistados:

Gráfico 01: Faixa etária.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A maioria destes policiais, 94,1% enquadrava-se na categoria de tempo de serviço de 1 a 4 anos, ou seja, soldados. Apenas um dos entrevistados estava na faixa de 5 a 10 anos.

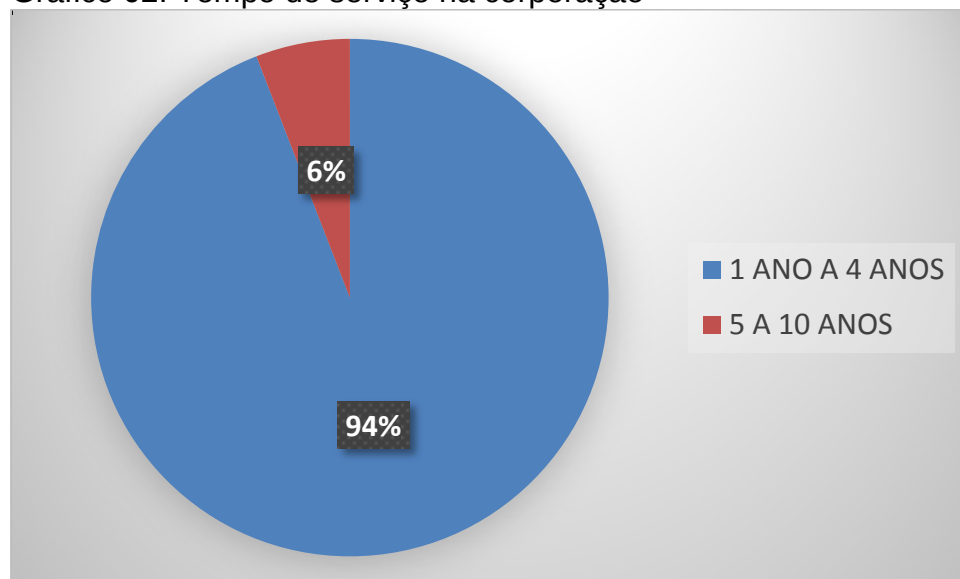
A faixa etária composta, principalmente por policiais até 34 anos de idade é fruto de uma política de contratação que vem ocorrendo nos últimos anos. Foram contratados mais de dois mil policiais militares, através de dois concursos públicos. O primeiro no ano de 2012 ensejou na contratação de policiais que foram efetivados no ano de 2014.

Em seguida, um novo concurso foi realizado em 2017, os profissionais formados neste seletivo ingressaram efetivamente nas fileiras da corporação

somente em 2018, até a conclusão deste trabalho, não havia policiais deste último concurso em atividade de policiamento ostensivo motorizado.

Isso demonstra que o esquadrão de motocicletas do 6º Batalhão é composto de policiais jovens e com pouco tempo de serviço na corporação, ainda na patente de soldado.

Gráfico 02: Tempo de serviço na corporação



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Todos os policiais da pesquisa responderam positivamente que “já participou de algum treinamento em policiamento de motocicletas”. Este questionamento que obteve 100% de respostas positivas aponta que os policiais possuem treinamento prévio na área de motopolicamento o que torna este estudo ainda mais relevante.

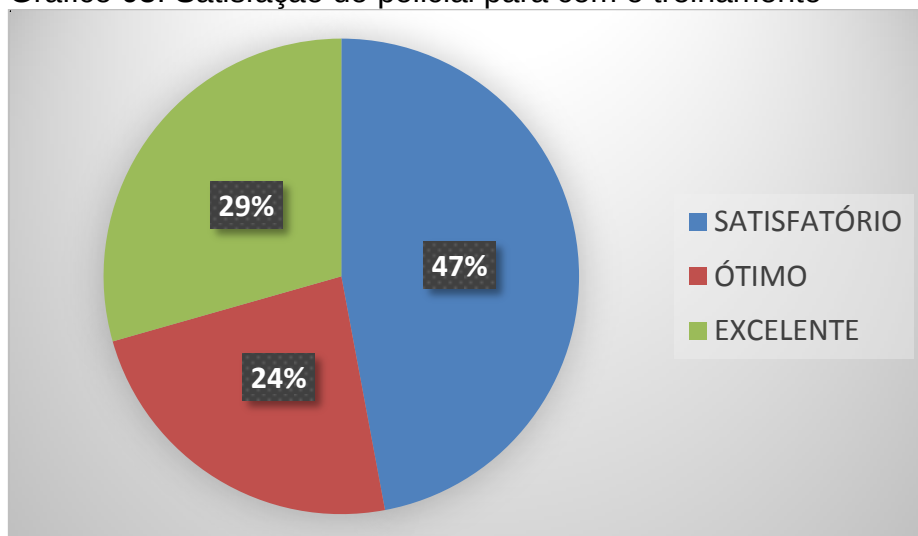
Esta constatação é bastante importante para este trabalho, uma vez que atesta que os policiais do esquadrão Albatroz possuem sim, certo nível de capacitação profissional. Isso demonstra uma preocupação do comando do Batalhão e do próprio policial para com a atividade fim que é o policiamento ostensivo em motocicletas.

A maioria dos policiais, doze, responderam que o treinamento que participaram foi um Nivelamento de Motopatrulhamento com o Esquadrão Águia. Este nivelamento oferecido pelo BPChoque teve a duração de uma semana, totalizando 96 horas aula, onde foram abordadas técnicas de condução de motocicleta, abordagem a transeuntes, entre outras.

Dentre as demais respostas que se destacam acerca de treinamentos realizados pelos integrantes, temos um policial que respondeu ter realizado um Estágio de Motopatrulhamento com a RONE da PMPI e outro policial que alega ter participado de um treinamento de tiro montado com a BPRv. Três policiais que responderam à pesquisa afirmar que os treinamentos que participaram foram proporcionados pelo próprio esquadrão Albatroz. Esta afirmação demonstra o comprometimento do próprio esquadrão com a capacitação profissional.

Em seguida os policiais foram questionados acerca de sua opinião sobre o treinamento para atendimento a ocorrência que recebeu no estágio ou curso que participou. Todos os policiais já haviam participado de algum tipo de treinamento, a compilação das respostas apontou um alto grau de satisfação, conforme o gráfico 03 aponta os dados do seguinte questionamento: Em relação à pergunta anterior caso tenha respondi sim, como você avalia o treinamento para atendimento de ocorrência?

Gráfico 03: Satisfação do policial para com o treinamento

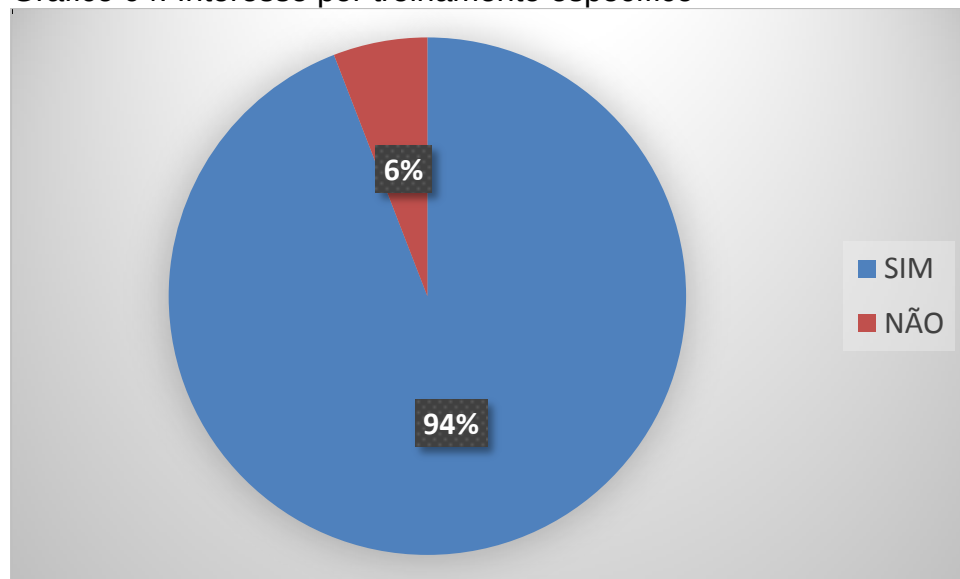


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os dados apontam que os policiais, em uma autoavaliação, considera o treinamento para o atendimento a ocorrência no mínimo excelente, sendo que não houve, embora disponibilizado como alternativa, quem apontasse o treinamento como regular ou ruim.

Por extensão, ao serem questionados se tem interesse em participar de um treinamento específico para o motopatrulhamento, À maioria dos policiais afirmou que sim, com exceção de apenas 6%, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 04: Interesse por treinamento específico

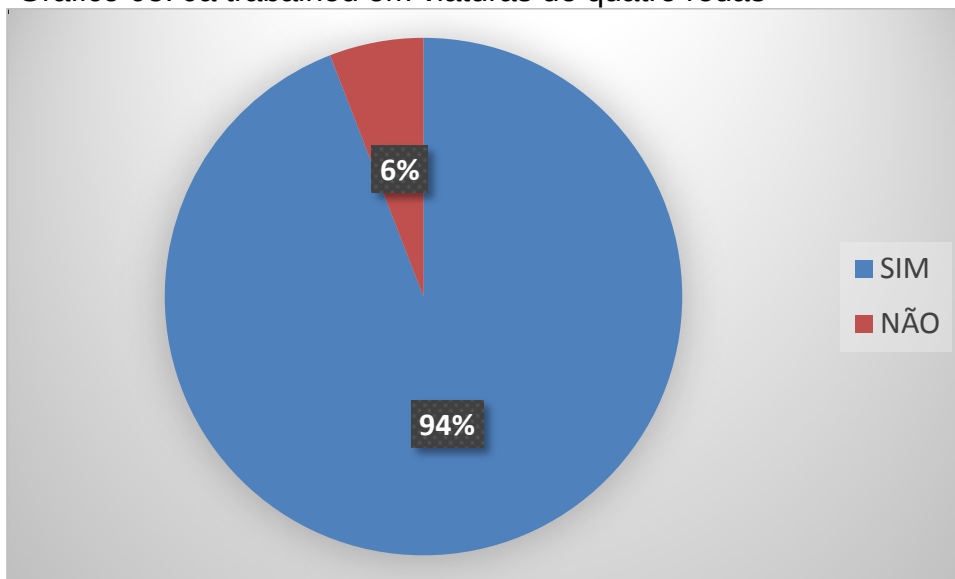


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Depreende-se dos dados obtidos que, há um altíssimo interesse do policial militar componente do Esquadrão Albatroz do 6º BPM em participar de treinamentos relacionados ao motopatrulhamento. Tendo em vista que a maioria se identificou com esta modalidade de policiamento. Anualmente a Diretoria de Ensino da PMMA, emite uma série de cursos que serão realizados no ano seguinte. Assim, os dados obtidos por meio deste questionamento podem servir de subsídio para que sejam realizados cursos na área de motopatrulhamento, pois como é possível perceber há um interesse evidente.

Em seguida os entrevistados foram questionados acerca de terem trabalhado ou não em viatura de quatro rodas, apenas um policial respondeu que não, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 05: Já trabalhou em viaturas de quatro rodas



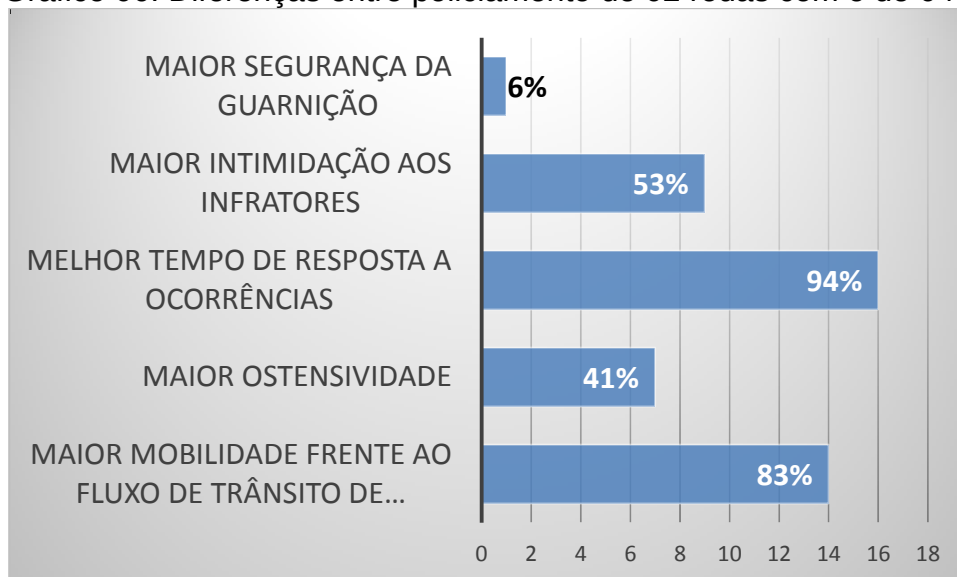
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O policiamento em viaturas de quatro rodas é o mais comum na corporação. A grande maioria dos policiais militares que atuam no serviço operacional, isto é, na atividade fim de policiamento ostensivo utiliza-se de automóveis de quatro rodas para realizar este patrulhamento. Por isto os dados obtidos não estão distantes da realidade dos policiais militares do Esquadrão Albatroz.

Vale ressaltar que as operações conjuntas entre motopatrulheiros e policiais em viaturas de quatro rodas é uma rotina. Nas operações que visam saturar áreas, ou quando há a necessidade de se conduzir detidos para a delegacia, a viatura de quatro rodas realiza este apoio.

O questionamento seguinte tratava da percepção do policial em relação às principais diferenças entre o policiamento feito por uma viatura de duas rodas para uma de quatro rodas? Esta pergunta permitia a seleção de mais de uma resposta. Os dados obtidos estão resumidos no gráfico 06:

Gráfico 06: Diferenças entre policiamento de 02 rodas com o de 04 rodas

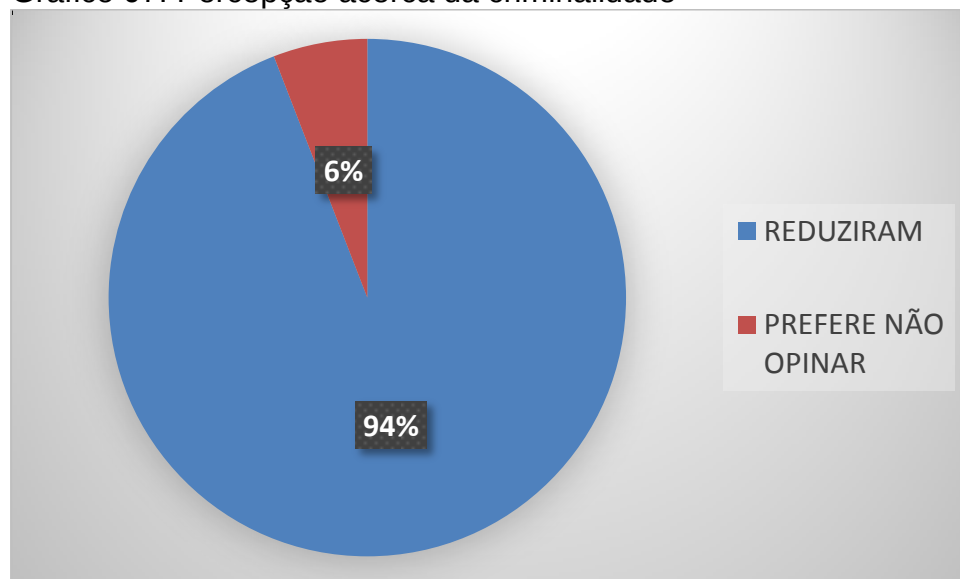


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Depreende-se do exposto no gráfico acima, que o melhor tempo de resposta a ocorrências é praticamente uma vantagem unânime entre os policiais que atuam neste tipo de serviço. Em seguida a maior mobilidade frente ao fluxo de veículos, característica fundamental do policiamento em motocicletas é lembrada pelos policiais que atuam no Esquadrão Albatroz. Em seguida a intimidação dos infratores que embora seja opinião de mais de 50% dos entrevistados é ainda um ponto divergente, assim como a maior ostensividade. Todavia, é ponto pacífico que a maior segurança da guarnição não é uma vantagem percebida pelos policiais, contando com apenas 6% policial que crê nesta assertiva, de que o há maior segurança da guarnição no motopoliciamento em detrimento ao policiamento ostensivo realizado por veículos de quatro rodas.

Ainda sobre a percepção do policial militar que atua no motopolicciamento, foi-lhe questionado acerca da sua percepção em relação aos índices de criminalidade diante da atuação do policiamento de motocicletas na área do 6º BPM. Com exceção de um policial que preferiu não opinar, todos os demais afirmaram que os índices reduziram. O gráfico 07 aponta o resumo das respostas:

Gráfico 07: Percepção acerca da criminalidade

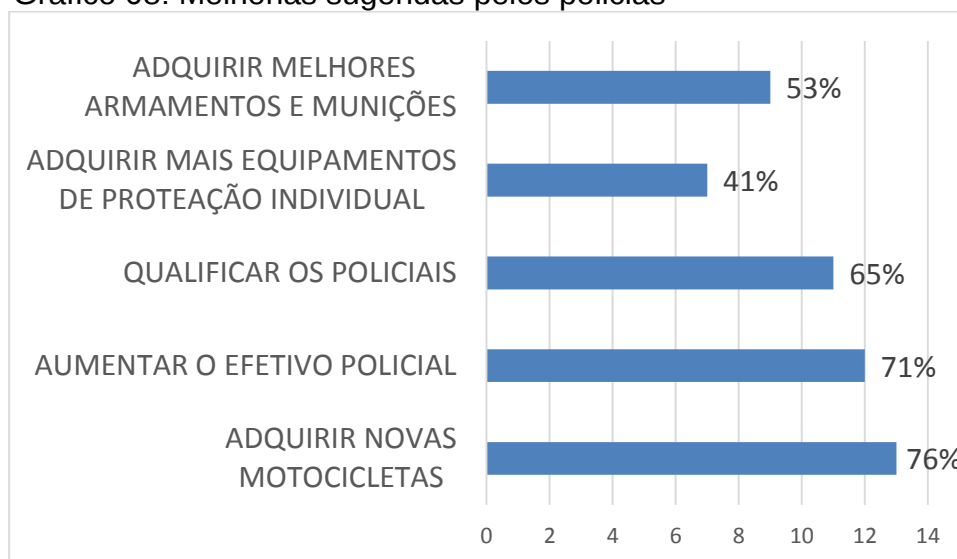


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Esta percepção acerca dos índices de criminalidade reveste-se de particular importância, pois demonstra que o policial está atento para os resultados de sua atividade. Como elemento modificador e promotor da paz social, ao perceber a redução dos índices de criminalidade através do seu trabalho, este indivíduo terá um substancial aumento na sua motivação, o que pode ser explorado positivamente no nível de gestão e comando, aproveitando desta boa percepção para dar continuidade ao motopatrulhamento, mas também oferecer treinamentos com vista a melhorar a ação do Esquadrão Albatroz frente à criminalidade.

Em seguida os policiais que atuam no Esquadrão Albatroz foram questionados sobre o que poderia ser feito para melhorar atuação do policiamento de motocicletas do 6º BPM? Os dados obtidos estão expressos no gráfico 08:

Gráfico 08: Melhorias sugeridas pelos policiais



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

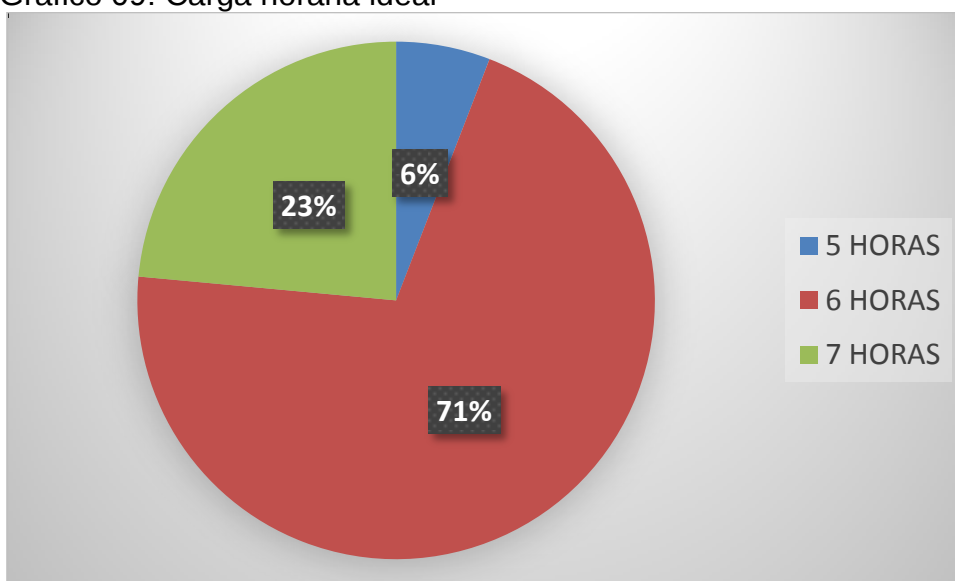
Os dados apontam que o principal ponto a ser a melhorado reside nos recursos humanos e materiais, isto é o aumento do efetivo de policiais do esquadrão além da aquisição de novas motocicletas para o esquadrão. A qualificação policial não foi deixada de lado, uma vez que onze policiais apontaram que este é um item importante para a melhoria do serviço.

A aquisição de armamentos, equipamentos também é um ponto apontado para a melhoria da qualidade deste serviço. Além disto, havendo a possibilidade de o policial escrever quais outras sugestões poderiam melhorar a atuação do policiamento do 6º BPM, foi apontado de forma pontual por dois indivíduos que: Uma maior rapidez na manutenção das motos baixadas pode vir a agregar qualidade ao serviço do Esquadrão Albatroz.

Um dos entrevistados, de forma anônima, ampliou a discussão ao relatar que uma sugestão é que poderia “diminuir a utilização do motopatrulhamento em outras atividades, que não seja a ostensividade e manter a formação das equipes, diminuindo as mudanças de seus integrantes.” Para este policial a “Equipe Entrosada rende mais”.

Um aspecto relevante para o motopatrulhamento é a carga horária dedicada diariamente a esta modalidade de serviço, desta forma, os policiais foram questionados acerca da carga horária ideal para este tipo de serviço, as respostas obtidas estão compiladas e resumidos no gráfico 09:

Gráfico 09: Carga horária ideal



Fonte: O autor (2018)

A partir deste gráfico é possível afirmar que os policiais que executam o motopatrulhamento, apontam a carga horária ideal como uma jornada de seis horas, haja vista os desgastes físicos decorrentes de esta modalidade ser superior ao executado em viaturas de quatro rodas.

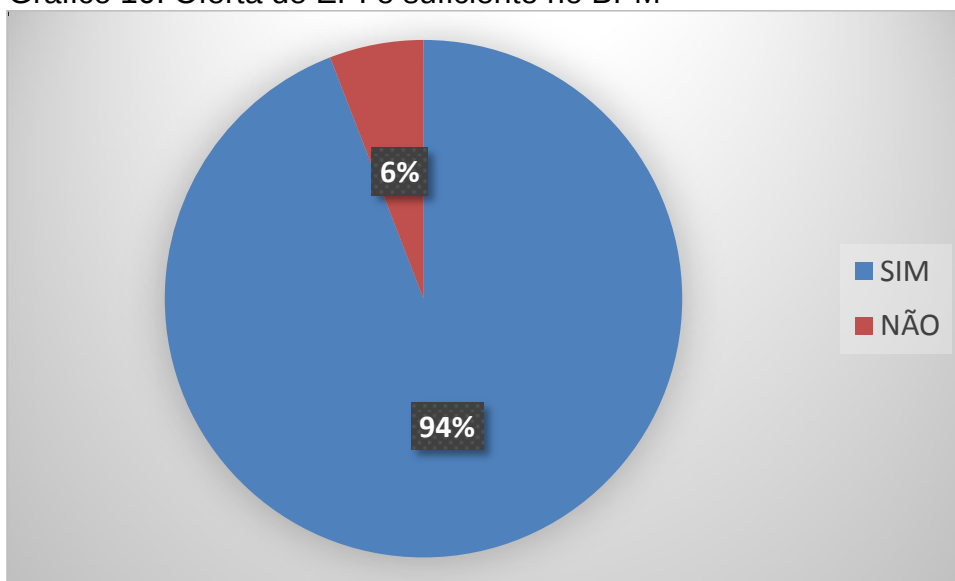
Ainda sob as condições de trabalho, três perguntas cruciais foram realizadas acerca dos equipamentos de proteção individual, o primeiro questionamento era se “o batalhão oferece EPI adequado para o motopatrulhamento?” que obteve 94,1% de respostas positivas, apenas uma negativa.

As condições de trabalho policial militar são as mais diversas possíveis. Policiais que atuam no serviço administrativo possuem condições e infraestrutura diferente da que é encontrada no serviço operacional tradicional. Assim a carga horária a ser estabelecida deve levar em consideração a natureza do serviço, o terreno o clima e toda uma série de fatores que vão influenciar diretamente no trabalho desempenhado pelo policial, pois incidirá sobre ele o cansaço, as

intempéries, o desconforto de longas horas sentado na motocicleta, além da sensação de insegurança em comparação com uma viatura de quatro rodas.

Conforme exposto no gráfico abaixo, é possível constatar que a oferta de EPI é uma preocupação do comando da instituição, pois a percepção dos usuários demonstra que há condições mínimas para que o profissional trabalhe com segurança:

Gráfico 10: Oferta de EPI é suficiente no BPM

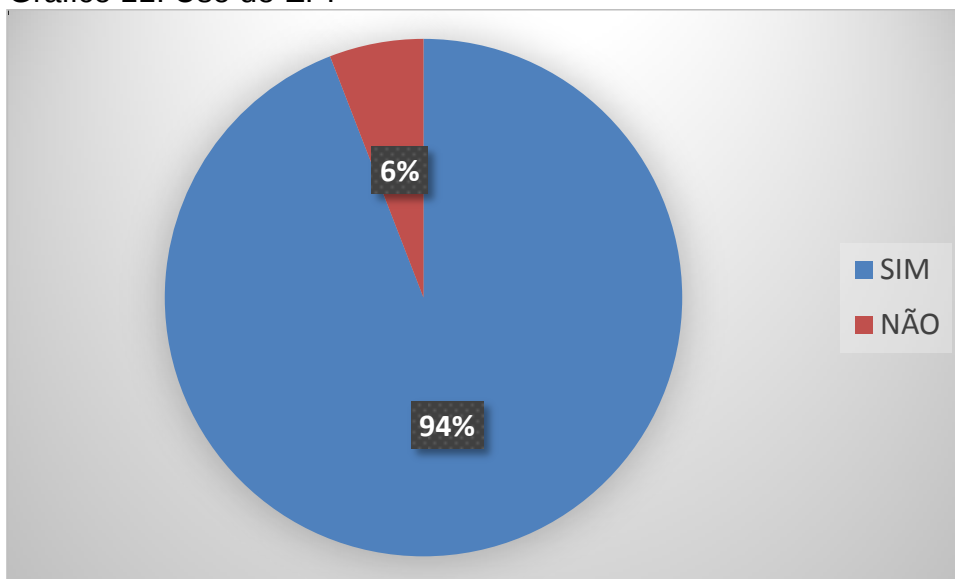


Fonte: O autor (2018);

Ao passo que questionado se o “policial utiliza o EPI oferecido pelo batalhão para o desempenho do motopatrulhamento?”. Apenas 6% policial informou que não utiliza e as outras dezesseis respostas foram objetivas em afirmar que sempre utilizam o EPI oferecido pelo 6ºBPM. Vale ressaltar que as outras opções deste questionamento eram: “Às vezes” e “Nunca”, ambas as assertivas não foram selecionadas por nenhum dos policiais entrevistados neste trabalho.

Os dados obtidos estão resumidos no gráfico abaixo. Ainda que apenas 6% dos entrevistados afirmem que não utiliza o EPI para o motopatrulhamento, não devemos negligenciar este dado. É de responsabilidade dos comandantes policiais não apenas fornecer o EPI, mas também de exigir o seu uso pelo profissional, tendo em vista a segurança deste operador, mas também a segurança da coletividade.

Gráfico 11: Uso de EPI



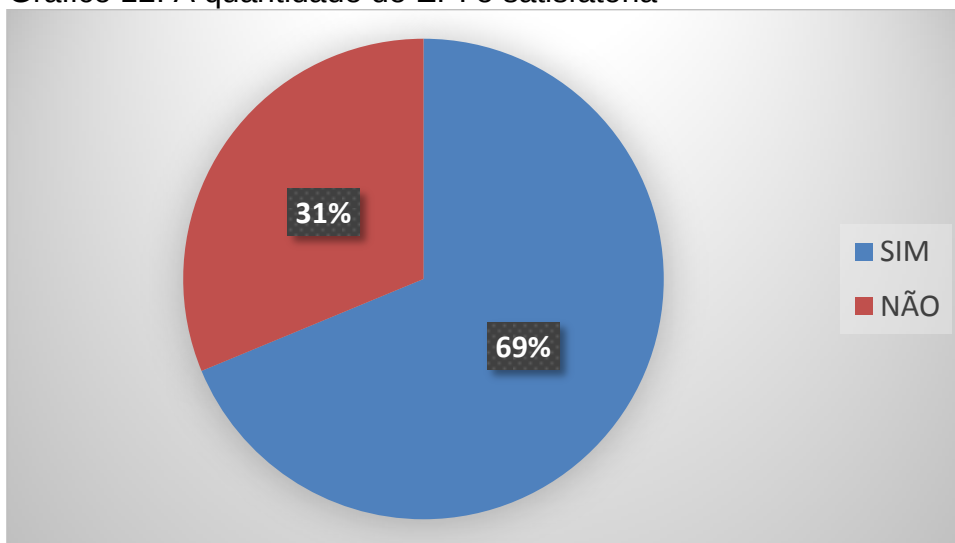
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A terceira pergunta sobre os equipamentos de proteção individual nos trouxe um alerta, pois tratava da quantidade de material disponível para todo o Batalhão, por ter certa divergência nas respostas obtidas é possível que seja necessário adquirir mais equipamentos de proteção individual.

Vale ressaltar que a utilização do EPI não é uma opção do policial militar, mas sim uma obrigação. Este alerta é importante, pois o profissional que atua no motopatrulhamento não pode negligenciar a sua segurança, acidentes com motocicletas tendem a provocar graves consequências à saúde, afastando o policial militar da sua atividade laboral por longos períodos, trazendo prejuízos pessoais, mas também para a corporação policial.

O questionamento foi o seguinte: “Há EPI suficiente para os policiais do batalhão para o desempenho do motopatrulhamento?”. Os dados obtidos neste questionamento foram compilados e estão resumidos no gráfico 12 e apontam que nem todos os policiais acreditam que a quantidade de EPI é suficiente, quer vejamos:

Gráfico 12: A quantidade de EPI é satisfatória



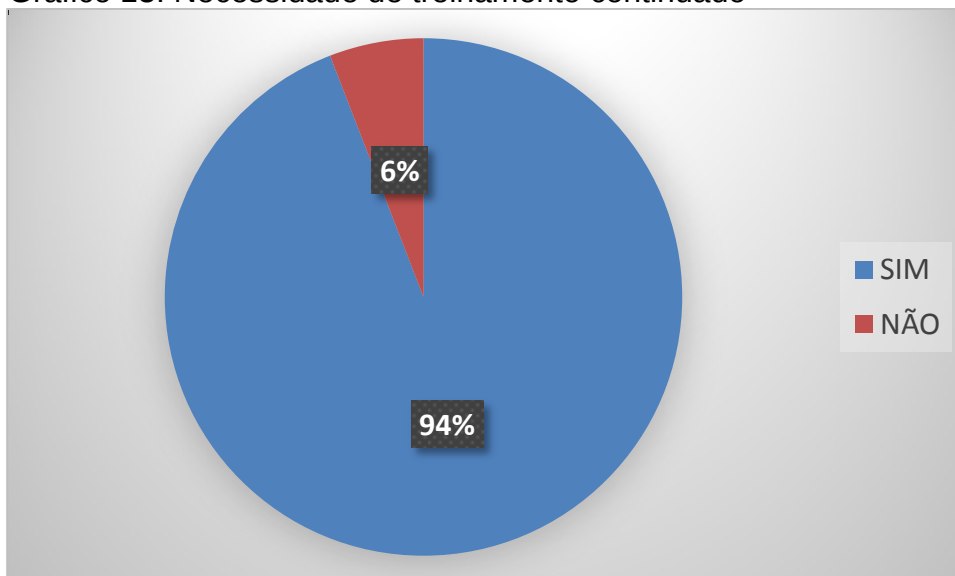
Fonte: O Autor (2018)

É possível perceber pelo gráfico que 69% dos policiais apontaram que não há EPI suficiente no batalhão, o que corrobora com o gráfico 05 que apontou como melhorias a aquisição de novos EPI's.

Sobre a formação continuada, mencionada na revisão de literatura deste trabalho, os policiais foram questionados se acreditam que seja necessário um treinamento continuado para os policiais que desempenham o motopatrulhamento? Os dados obtidos apontam que 94,1% dos policiais acreditam que sim, é necessário um treinamento continuado.

Este questionamento teve apenas 6% de resposta negativa, conforme exposto no gráfico 13:

Gráfico 13: Necessidade de treinamento continuado



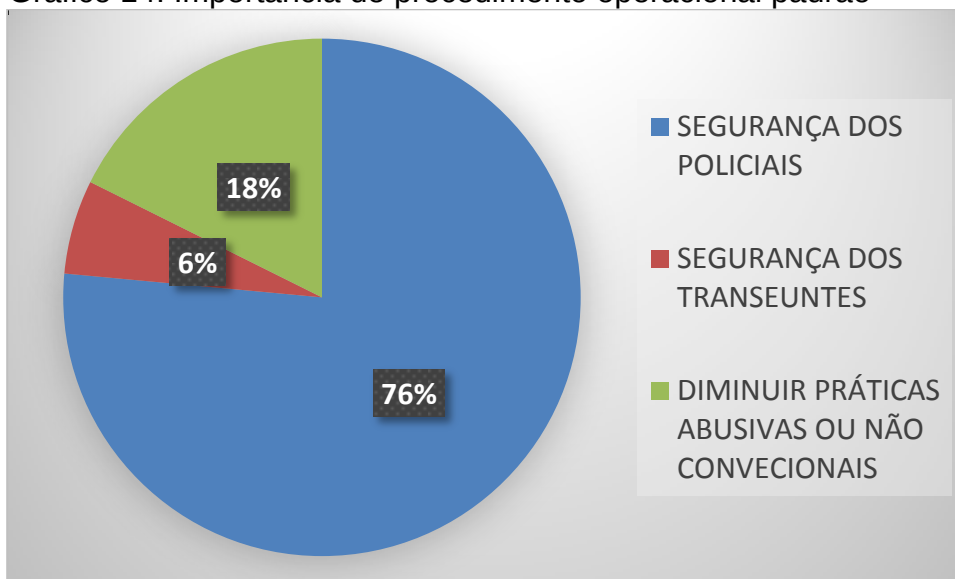
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O questionamento seguinte foi acerca da importância do procedimento operacional padrão na abordagem em motopatrulhamento, o questionamento foi o seguinte: “Qual a importância do procedimento operacional padrão de abordagem de motopatrulhamento?”

Retoma-se aqui a tema do treinamento continuado, que foi considerado importante pelos entrevistados. Há uma clara cultura de que os treinamentos, a realização de cursos, a formação continuada são ações valorizadas pelos componentes do Esquadrão Albatroz. Os dados do gráfico acima, se revestem de particular relevância por demonstrar o interesse dos policiais pelo treinamento. Chiavenato (2009) ao relatar sobre os tipos de mudança comportamentais com o treinamento abrange justamente o diagnóstico da situação do treinamento através do levantamento da necessidade de treinamento.

Os policiais apontaram a segurança como o principal fator, conforme o gráfico 14 exemplifica:

Gráfico 14: Importância de procedimento operacional padrão



Fonte: O Autor (2018)

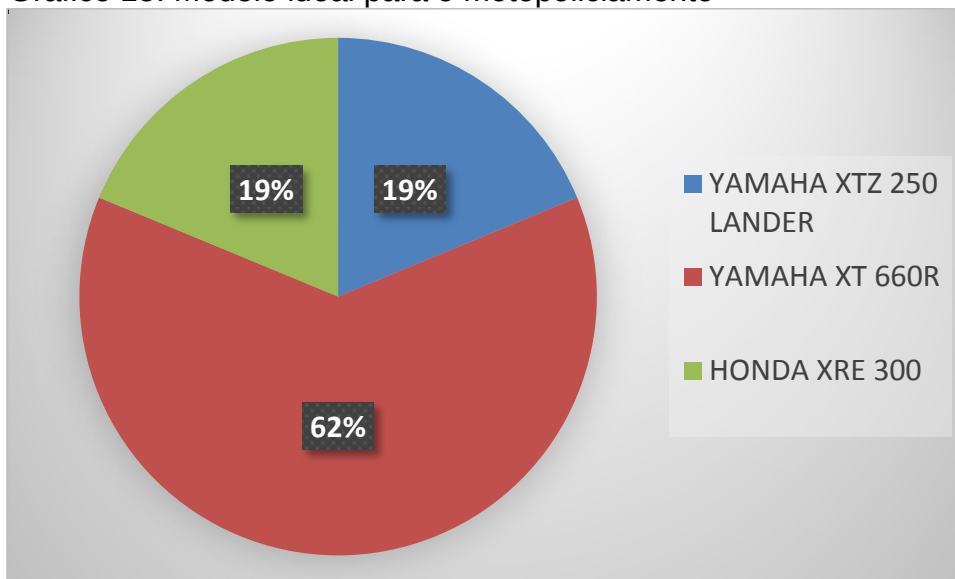
O gráfico aponta, portanto, que a segurança dos policiais, com 76% é o fator mais importante para se adotar o procedimento operacional padrão em motopatrulhamento, tendo em vista impossibilidade de garantir a segurança da comunidade sem antes estar em condições seguras ou riscos minimizados, seguido da diminuição de práticas abusivas ou não convencionais (improviso) e por últimos os policiais apontaram a segurança dos transeuntes. Essa diminuição é tida como consequência do primeiro quesito.

Através dos dados obtidos é possível perceber que o policial preocupa-se com a sua segurança, por isso o desenvolvimento de um procedimento operacional padrão para a corporação é revestido de particular relevância.

Outras corporações policiais militares já possuem uma doutrina consolidada de motopatrulhamento. Dentro do escopo deste trabalho é que se propõe a criação de uma doutrina de motopatrulhamento através da confecção de um Procedimento Operacional Padrão adequado para a realidade da PMMA, isto é, de acordo com as características dos nossos policiais, equipamentos, veículos, locais e etc.

Em seguida os policiais foram questionados acerca da motocicleta ideal para o motopatrulhamento, os dados obtidos estão compilados no gráfico 09, os modelos sugeridos foram àqueles utilizados por outros grupamentos de motopatrulhamento de policiais estaduais.

Gráfico 15: Modelo ideal para o motopolicciamento



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

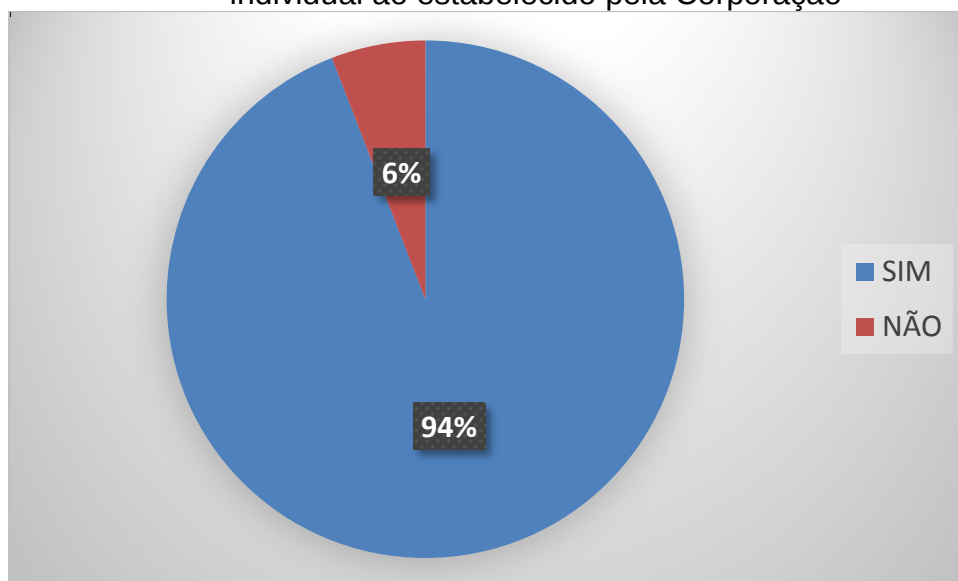
Depreende-se dos dados acima que os policiais preferem o modelo de maior potência, isto é a Yamaha XT 660R, com 62% da preferência. A estabilidade e a ergonomia podem ser fatores que contribuam também para a escolha deste modelo, uma vez que os profissionais trabalham durante longas horas necessitando de um conforto maior. As motos XTZ 250 e XRE 300 obtiveram porcentagens semelhantes, com 19% ambas. São motocicletas de menor potência, mas que são largamente empregadas nas unidades operacionais da polícia militar, sendo a XRE 300 uma das últimas aquisições, plenamente estabelecida no Batalhão Tiradentes e também no 6º BPM.

Um dos entrevistados relatou que “XRE é uma moto muito boa, porém quebra rápido e não há reposição. Preferiria que as motos fossem locadas, da mesma forma que as VTRs”. Esta perspectiva de um policial que lida diariamente com esta modalidade de policiamento é muito importante, pois sugere uma ideia nova que pode ser acatada ou não pelo Comando da Polícia Militar do Maranhão.

Há uma evidente preferência dos policiais por uma moto de maior cilindrada, como é o caso da Yamaha XT 660R, que foi a preferida pelos profissionais do Esquadrão Albatroz.

O último questionamento tratava ainda do treinamento, se este treinamento aproxima o comportamento individual do policial ao estabelecido pela corporação. Este questionamento teve 94,1% de respostas positivas e somente uma negativa. Conforme o gráfico abaixo

Gráfico 16: Concepção sobre o treinamento aproxima comportamento individual ao estabelecido pela Corporação



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O treinamento continuado é importante para os policiais manterem o padrão de conduta que o motopolicamento exige. Ao responderem o questionamento acima, os profissionais do Esquadrão Albatroz demonstram que o treinamento aproxima o comportamento individual do estabelecido pela corporação. Por comportamento estabelecido pela corporação podemos entender o respeito pela hierarquia, disciplina, direitos humanos, isto é. A corporação exige que o policial atue sempre de forma imparcial, cortês e sempre preservando vidas, assim o treinamento que aproxima o policial da conduta desejável pela corporação é o tipo de treinamento que se quer multiplicar em toda a tropa.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O Procedimento Operacional Padrão (POP) é um registro documental de uma Organização em que descreve o planejamento do trabalho a ser realizado pela Instituição Policial Militar. É um resumo básico detalhado de todos os procedimentos necessários para a execução das atividades, estabelecendo uma sequência das ações, o método que deve ser utilizada em cada ocorrência policial efetuada. Permite também uma diminuição dos riscos tanto para os próprios policiais, aos transeuntes e o suspeito.

Diante do que foi exposto, propõe-se aqui a padronização das ações através de um POP – Procedimento Operacional Padrão. Tendo por objetivo desenvolver juntamente com os instrutores e operadores uma padronização de uma doutrina no processo de treinamento dos policiais, prevendo as ações, possíveis erros com objetivo de se evitarem maiores transtornos para o abordado, a guarnição e para a própria corporação Policial Militar, uma vez que é justamente as grandes dificuldades encontradas no que se refere a treinamento e capacitação dos colaboradores sejam uniformes para que se possa propiciar um combate e prevenção de delitos mais eficaz.

Evita-se com este tipo de procedimento que abusos sejam cometidos e que a sociedade tenha conhecimento dos seus deveres e direitos durante uma abordagem policial. Assim é de particular relevância a criação e efetivação de um POP para o policiamento motorizado em motocicletas no afã de legitimar as ações a serem realizadas através da preparação do efetivo para todo motopatrulhamento do Estado do Maranhão.

Conforme já mencionado a prevenção de delitos por meio do uso de motocicletas no policiamento ostensivo se deve ao contexto mencionado no decorrer deste trabalho, sobremaneira no “modus operandis” de infratores que se utilizam de motocicletas, as respostas imediatas às solicitações, mobilidades em lugares de difícil acesso são demonstrações da importância dessa modalidade de policiamento.

O objetivo do POP sugerido é motivar a criação de um documento definitivo, uma vez que o sugerido no Anexo I deste trabalho foi produzido a partir da adaptação da Doutrina Nacional de Motopatrulhamento, do POP da Polícia Militar do Amazonas e da Doutrina do Esquadrão Águia Batalhão de Choque da PMMA

demonstrado no I Curso Tático de Motopatrulhamento realizado na Companhia de Operações Especiais no período de 15 de janeiro a 05 de março de 2018. É preciso, portanto, criar uma doutrina de motopatrulhamento que esteja alinhada com a realidade do Maranhão. Para isso, é necessário contar com a experiência dos policiais que atuam nessa modalidade.

O modelo de POP propõe um efetivo mínimo de três até seis policiais fazendo alusão aos recursos necessários de armamento e equipamentos, etapas e procedimentos que vão desde o conhecimento prévio da ocorrência até seu encerramento na delegacia da área. Também está descrito o amparo legal que dá respaldo jurídico para as ações dos policiais ao descrever o dever de agir, poder de polícia, uso de algemas, condução dos envolvidos, Atitude não cooperativa da pessoa abordada, busca pessoal e busca em mulheres.

Além disso, contém a relação entre o efetivo e funções a serem distribuídas no motopatrulhamento. Essa divisão de função varia em razão do número de policiais disponíveis para o policiamento tendo em vista a flexibilidade das escalas de serviço e possíveis faltas. Os procedimentos envolvem abordagem de motopoliciamento a pessoa(s) em atitude(s) tida(s) como suspeita(s), a motocicleta e a veículos sob fundada suspeita. Cita também as atividades críticas, sequência das ações, resultados esperados, possibilidade de erros e as ações corretivas.

7 CONCLUSÃO

Isto se verificou na pesquisa, através da análise de resultados que apontou um grupo de policiais jovens em sua maioria entre 26 e 34 anos, com menos de quatro anos de serviço e que embora já tenha tido treinamento na área, tem interesse em continuar se aperfeiçoando, uma vez que 94% responderam que tem interesse em participar de treinamento específico de motopatrulhamento. Ainda que este trabalho esteja limitado apenas aos policiais do Esquadrão Albatroz, trazendo uma visão objetiva exclusiva dos policiais do motopatrulhamento, é possível que haja interessados em treinamentos desse tipo não só no 6º BPM, mas também em outras unidades da capital e do interior.

Os policiais que responderam o questionário acreditam que o treinamento aproxima o comportamento individual do estabelecido pela corporação, por isto, como forma de sugestão, pois 94% dos entrevistados tem interesse em participar de treinamento específico de motopatrulhamento, assim mais cursos podem ser ofertados.

Este trabalho monográfico obteve sucesso em descrever de que maneira o treinamento do policiamento especializado de motocicletas pode contribuir de maneira eficaz no combate e redução da criminalidade na área leste de São Luis-MA, pois através da padronização das ações e do treinamento continuado é evidente que os riscos e erros tendem a ser minimizados e aumentam a visibilidade da ação do motopatrulhamento, aumentando a sensação de segurança da comunidade.

Este estudo apontou em o nível de satisfação dos treinamentos realizados e que estes foram considerados adequados para as atividades profissionais, uma vez que os entrevistados consideraram seu treinamento para o atendimento de ocorrência satisfatório, ótimo ou excelente.

Além disso, foi possível descrever o grau de importância dos equipamentos de trabalho adequado, principalmente dos EPI's, que foram abordados na revisão de literatura e que através do questionário aplicado, revelaram-se equipamentos adequados, segundo os próprios policiais.

Mostrou-se que os equipamentos de proteção individual são disponibilizados e utilizados pelos motopatrulheiros, a maioria dos entrevistados apontou que a quantidade de EPI era satisfatória para a execução das atividades na

prevenção de acidentes que podem gerar lesões corporais ou morte. O simples uso pode não evitar acidente, porém minimizam os resultados de danos.

Sendo assim, os policiais do 6ºBPM que integram o Esquadrão Albatroz, têm uma aptidão para este tipo de policiamento, isto é, o motopatrulhamento, uma vez que interagiram com bastante responsabilidade no questionário, apontando sugestões que enriquecem este estudo. Além disto, são profissionais que possuem sim, certo nível de treinamento e estão receptivos a novos cursos e estágios. É justamente esta receptividade que deve ser explorada pelo comando da polícia militar, pois se trata de um grupamento especializado que atua de forma consistente contra a criminalidade.

Ademais é preciso que algumas demandas sejam atendidas, embora não comprometam o motopatrulhamento hoje, a prevenção ainda é o melhor remédio. As demandas estão relacionadas à manutenção das motocicletas e melhoria dos EPI's, que embora ambos existam em quantidade suficiente a aquisição de mais material poderá contribuir também para o recrutamento de novos integrantes para o Esquadrão.

Diante do exposto, é que se propôs a confecção de um Procedimento Operacional Padrão, voltado para o motopatrulhamento, conforme exposto no anexo deste trabalho. O objetivo é de melhorar cada vez mais a qualidade do serviço policial militar, evitando improvisos legitimando a ação da polícia através de procedimentos pré-estabelecidos de forma clara e objetiva.

Portanto, pode-se concluir que, a formação continuada e capacitação profissional devem estar presentes na rotina de qualquer unidade policial militar, e o 6ºBPM como unidade de excelência no combate à criminalidade não pode ficar de fora desta tendência nacional.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luis César G.de **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2006

AZEVEDO, Rodrigo G. **Crime,polícia e justiça no Brasil**. São Paulo. 2014.

BASTOS, Arlindo. **O motociclismo policial no Brasil**. 2012. Disponível em:<<http://www.aopmba.com.br/2012/?menu=artigos&id=41>>. Acesso em 07 de abr. de 2018.

BEDIN, Fernando Luiz. **Treinamento Inicial e vicitudes dos novos funcionários no desempenho de suas funções no Banco do Brasil na região oeste-SC**. Chapéco. 2007

BRASIL. **Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969**. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 03 jul. 1969.

_____. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

CALIFORNIA COMMISSION, on Peace Officer Standards and Training. **Law Enforcements Motors Guidelines: Operational Guidelines and Standardized Training Recommendations**. 2016. Disponível em:<http://lib.post.ca.gov/Publications/MOTORS_Guidelines.pdf>. Acesso em 11 Set 2018

CAMOLESI, Leandro Ademar Haddad. **Motociclismo Policial**: uma análise de sua aplicabilidade nas rodovias federais de mt, Cuiabá, MT. 2014.

CASQUEL, S. SANTOS, S. R.. **A importância do treinamento continuado**. (Web) 2012. Disponível em: <http://abracopel.org/artigos-tecnicos/a-importancia-do-treinamento-continuado/>> Acesso em 25 Ago 2018

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 9ª ed, São Paulo Atlas, 2009.

_____,**Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos**: como incrementar talentos na empresa. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio; PONCE, Branca Jurema. **O currículo e os sistemas de ensino no Brasil**. Currículo sem Fronteiras, PUC/SP, v. 12, n. 3, p.25-36, set./dez. 2012. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. Direito Administrativo, 13ª ed. – São Paulo: Atlas, 2001, p. 110
Disponível em:<<http://www.sbsociologia.com.br/>.texto XIII congresso brasileiro de

FAGUNDES, Diego Vinícios de Araújo. **Uso legal e progressivo da força na atividade policial**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4950, 19 jan. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/55134>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FELIPE, Cláudio César. **Manual básico para o policiamento de motocicleta**. Campo Grande - MS. 2007

FLETC. Federal Law Enforcement Training Centers. **Home Page**. 2018. Disponível em: www.fletc.gov. Acesso em 28 nov 2018

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: atlas, 2017.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2003.

IPMBA. **International Police Mountain Bike**. 10 Advantages of Bicycle Patrol. Disponível em: <<http://ipmba.org/blog/comments/10-advantages-of-bicycle-patrol>> Acesso em 11 set 2018

LAS CASAS, A. L. **Qualidade Total em Serviços – Conceitos, Exercícios, Casos Práticos**. São Paulo: Atlas, 2008.
ManualB%C3%A1sico-de-Policiamento-ostensivo.pdf> Acesso em: 07 de abr. de 2018.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARANHÃO. Lei Estadual nº 5.657, de 16 de agosto de 1993.

_____. **Lei estadual nº 6.513 de 30 de novembro de 1995**: Estatuto dos Policiais Militares do Maranhão. 1995. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2125>> Acesso em 28 nov 2018.

MENEZES, Valter Souza. **Crimes praticados por marginais conduzindo motocicletas**. Salvador, BA: 2007.

MORAN, Robert. **Desenvolvendo organizações globais**. São Paulo-SP, 1996

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Multiculturalismo, currículo e formação de professores**. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org). Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 2001.

PF, Polícia Federal. **Curso de Extensão em Equipamentos Não letais I**: Cadetno Didático. 2009. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/manual-do-vigilante/manual-do-vigilante/Caderno%20Didatico%20CENL%20>>

PMAM, Polícia Militar do Amazonas. **Manual de Doutrina Operacional da Polícia Militar do Amazonas (M-2)**. 1ª ed. Manaus-AM: PMAM, 2009

_____. **Rotina de trabalho da Segurança Cidadã do Amazonas: Procedimento Operacional Padrão Integridade da PMAM e PCAM**. Volume I. Manaus. 2015

PMMA, Polícia Militar do Maranhão. **Ensino a Distância**. 2018. Disponível em <http://www.pm.ma.gov.br/eadpm/> Acesso em 25 Nov 2018

_____. **PMMA forma turma do Curso de Policiamento Ostensivo e Preventivo com motocicletas**. 2016. Disponível em: <http://www.pm.ma.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3988:pm-ma-forma-turma-do-curso-de-policiamento-ostensivo-e-preventivo-commotocicletas1&catid=14:sample-data-articles&Itemid=435>. Acesso em 14 de abr. de 2018.

_____, Polícia Militar do Maranhão. **Projeto Pedagógico do Curso Tático de Motopatrulhamento**. 2017

_____. Polícia Militar do Maranhão. **Relatório do 6º BPM**. 2018

PMSE, Polícia Militar de Sergipe. **GETAM**. 2012. Disponível em: <<http://pm.se.gov.br/unidades/especializadas/getam/>> Acesso em 28 nov 2018.

PMTTO, Polícia Militar do Estado do Tocantins. **Policiamento com motocicletas**. Tocantins, 2016. Disponível em: <<http://pm.to.gov.br/servicos/policiamento/policiamento-com-motocicletas/>>. Acesso em 07 de maio de 2016.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial do estado do Rio de Janeiro**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP, São Paulo, 2004.

SANCHES, Rogério Cunha. **Código Penal para Concursos**. 8. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodium, 2015.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. 2018 Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em 15 ago 2018

SAPORI, Luiz Flávio. **O Treinamento como Ferramenta de Reforma Policial na sociedade brasileira: perspectivas e limitações**. In: SEMINÁRIO INTERPRETAÇÕES DA VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

SENASP. Secretaria Nacional DE Segurança Pública – SENASP. **Relatório Final: Doutrina Nacional de Policiamento com Motocicletas**. III Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada, Belém, PA. 2010. Disponível em: <

https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-1/1vademecum_segpub.pdf>. Acesso em: 07 de abr. de 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ib. **Polícia militar – Questões institucionais**. Florianópolis, 1995

SILVA, Cristiane. **PM desencadeia operação contra crimes com motos na Pampulha Segundo a PM, 70% dos crimes violentos registrado no mês passado na região envolviam motocicletas como veículo de fuga. 2017**; Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/24/interna_gerais,886169/pm-desencadeia-operacao-contra-crimes-com-motos-na-pampulha.shtml> Acesso em 17 nov 2018 sociologia.>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SOUZA, R. R. de. **Os processos de construção da identidade no trabalho policial militar na atividade de policiamento ostensivo em Belo Horizonte**. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VARGAS, M. R. M. **Treinamento e desenvolvimento**: reflexões sobre seus métodos. Revista de Administração, v. 31, n. 2, p. 126-136, 1996.

ZAFFARONI, Raul. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revam. 2007

APÊNDICE – Questionário sobre motopatrulhamento no 6º BPM

1. Sexo
 - a) masc
 - b) fem
2. Faixa etária
 - a) até 25
 - b) 26 a 34
 - c) 35 a 44
 - d) 45 a 60
 - e) acima de 60
3. Tempo de serviço
 - a) até 1 ano
 - b) 1 ano a 4 anos
 - c) 5 a 10 anos
 - d) 10 a 15 anos
 - e) 15 a 20 anos
 - f) acima de 20 anos
4. Já participou de algum treinamento em policiamento de motocicletas
 - a) sim
 - b) não
5. Se sim, qual?
 - a) (resposta discursiva)
6. Em relação a pergunta anterior caso tenha respondi sim, como você avalia o treinamento para atendimento de ocorrência?
 - b) excelente
 - c) ótimo
 - d) satisfatório
 - e) regular
 - f) ruim
 - g) prefere não opinar
7. Você tem interesse em participar de um treinamento específico para o motopatrulhamento
 - a) sim

- b) não
- 8. Você já trabalhou em viatura de quatro rodas?
 - a) sim
 - b) não
- 9. Na sua percepção quais as principais diferenças entre o policiamento feito por uma viatura de 02 rodas para uma de quatro rodas?(marque quantas opções achar conveniente)
 - a) maior mobilidade frente ao fluxo de trânsito de veículos
 - b) maior ostensividade
 - c) melhor tempo de resposta a ocorrências
 - d) maior intimidação aos infratores
 - e) maior segurança da guarnição
- 10. Qual a percepção acerca dos índices de criminalidade diante da atuação do policiamento de motocicletas na área do 6º bpm (marque quantas opções achar conveniente)
 - a) reduziram
 - b) piorou
 - c) não mudou
 - d) prefere não opinar
- 11. O que poderia ser feito para melhorar atuação do policiamento de motocicletas do 6º bpm? (marque quantas opções achar conveniente)
 - a) adquirir novas motocicletas
 - b) aumentar o efetivo policial
 - c) qualificar os policiais
 - d) adquirir mais equipamentos de proteção individual
 - e) adquirir melhores armamentos e munições
 - f) outro:
- 12. No seu entendimento qual a carga horária diária de trabalho é adequada para o motopatrulhamento?
 - a) 4 horas
 - b) 5 horas
 - c) 6 horas
 - d) 7 horas
 - e) 8 horas

13. O batalhão oferece Equipamento de Proteção Individual adequado para o motopatrulhamento?
- a) sim
 - b) não
14. Você utiliza o Equipamento de Proteção Individual oferecido pelo batalhão para o desempenho do motopatrulhamento?
- a) sempre
 - b) às vezes
 - c) nunca
15. Há Equipamento de Proteção Individual suficiente para os policiais do batalhão para o desempenho do motopatrulhamento?
- a) sim
 - b) não
16. Você acredita que seja necessário um treinamento continuado para os policiais que desempenham o motopatrulhamento?
- a) sim
 - b) não
17. Qual a importância do procedimento operacional padrão de abordagem de motopatrulhamento?
- a) segurança do suspeito
 - b) segurança dos policiais
 - c) segurança dos transeuntes
 - d) diminuir práticas abusivas ou não convencionais
18. Qual marca/modelo você acha ser a ideal para o motopatrulhamento? Qual atenderia as necessidades do batalhão?
- a) honda xre 300
 - b) yamaha xtz 250 lander
 - c) yamaha xt 660r
 - d) outro:
19. Na sua concepção, o treinamento aproxima o comportamento individual do policial ao estabelecido pela corporação?
- a) sim
 - b) não

ANEXO – Modelo de POP

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS COM EFETIVO MÍNIMO DE 03 (TRÊS) POLICIAIS E 02 (DUAS) MOTOCICLETAS

NOME DO PROCEDIMENTO: Policiamento Ostensivo com motocicletas	
RECURSOS NECESSÁRIOS	
1. Arma curta; 2. Arma longa; 3. Instrumentos de menor potencial ofensivo; 4. Equipamento de proteção individual; 5. Capacete de segurança.	
ETAPAS	PROCEDIMENTOS
Conhecimento prévio da ocorrência	Obter o maior detalhe possível da ocorrência
Deslocamento para localidade da ocorrência	Agilidade, porém sem criar riscos de danos materiais ou lesão corporal à equipe ou demais usuários da via pública
Chegada ao local	Atentar para segurança no perímetro e as atribuições de cada componente
Primeiras medidas	Verbalização, abordagem a pessoa(s) em atitude sob fundada suspeita e fiscalização de veículo(s)
Condução para Delegacia	Manutenção dos Direitos Constitucionais do preso. Justificar uso de algemas no B.O. caso necessário conforme Súmula 11 do STF
Encerramento da ocorrência	Apresentação do(s) suspeito(s) com pertences e obtenção de cópia do B.O. com assinatura ou nome legível do recebedor na unidade de entrega.
AMPARO LEGAL	
Poder de polícia	Art. 78 Código Tributário Nacional - CTN
Dever de ação Preventiva e Ostensiva	Art. 144 caput e § 5º Constituição Nacional - CF
Uso legal de algemas	Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal – STF
Condução dos envolvidos	Art. 5º, inciso LXI da Constituição Federal Art 178 do Estatuto da Criança e do

	Adolescente.
Atitude não cooperativa da pessoa abordada	Crime de desobediência (art. 330), crime de desacato (art. 331) e crime de resistência (art. 329) do Código Penal; Art. 68 das Contravenções Penais (Dec. Lei 3688/41).
Busca pessoal e busca em mulheres	Art 244 do Código de Processo Penal – CPP Art 249 do Código de Processo Penal – CPP

RELAÇÃO ENTRE EFETIVO E FUNÇÕES NO MOTOPATRULHAMENTO	
EFETIVO	FUNÇÃO
03 PM's	1° Homem: comandante da guarnição É o encarregado pela chefia e direciona os locais a serem policiados. Durante a abordagem, detém a unidade de comando e comunicação com os abordados. Faz vistoria dos documentos dos veículos abordados, devendo ao final agradecer pela colaboração com o trabalho da polícia e mostrar a necessidade da atuação da polícia, caso estiver regularizado. 2° Homem: piloto do garupa (busca pessoal e revista em veículos). É também escrivão da guarnição o responsável pela comunicação por rádio ou telefone celular. 3° Homem: garupa (segurança da abordagem e perímetro)
04 PM's	1° Homem: comandante da guarnição É o encarregado pela chefia e direciona os locais a serem policiados. Durante a abordagem, detém a unidade de comando e comunicação com os abordados. Faz vistoria dos documentos dos veículos abordados, devendo ao final agradecer pela colaboração com o trabalho da polícia e mostrar a necessidade da atuação da polícia, caso estiver regularizado. 2° Homem: garupa do comandante (segurança externa da abordagem). É também escrivão da guarnição o encarregado pela comunicação via rádio ou celular. 3° Homem: piloto do garupa (busca pessoal e revista em veículos). 4° Homem: garupa. (segurança interno da abordagem e perímetro).
05 PM's	1° Homem: comandante da guarnição É o encarregado pela chefia e direciona os locais a serem policiados. Durante a abordagem, detém a unidade de comando e comunicação com os abordados. Faz vistoria dos documentos dos veículos abordados, devendo ao final agradecer pela colaboração com o trabalho da polícia e

	mostrar a necessidade da atuação da polícia, caso estiver regularizado. 2° Homem: piloto do garupa (busca pessoal e revista em veículos). 3° Homem: garupa. (segurança interno da abordagem). 4° Homem: piloto do garupa (segurança do perímetro). É também escrivão da guarnição o encarregado pela comunicação via rádio ou celular. 5° Homem: garupa (segurança do perímetro).
06 PM's	1° Homem: comandante da guarnição É o encarregado pela chefia e direciona os locais a serem policiados. Durante a abordagem, detém a unidade de comando e comunicação com os abordados. Faz vistoria dos documentos dos veículos abordados, devendo ao final agradecer pela colaboração com o trabalho da polícia e mostrar a necessidade da atuação da polícia, caso estiver regularizado. 2° Homem: garupa do comandante (segurança externa da abordagem). É também escrivão da guarnição o encarregado pela comunicação via rádio ou celular. 3° Homem: piloto do garupa (busca pessoal e revista em veículos). 4° Homem: garupa. (segurança interna da abordagem). 5° Homem: piloto do garupa (segurança do perímetro). 6° Homem: garupa (segurança do perímetro).

Fonte: Adaptado de SENASP (2010) e PMMA (2017)

	POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTOCICLÍSTICO	PROCESSO: PROCEDIMENTO:
NOME DO PROCEDIMENTO: Abordagem feita por no mínimo 03 (três) policiais e 02 (duas) motocicletas a pessoa(s) em atitude(s) tida(s) como suspeita(s).		ESTABELECIDO EM:
RESPONSÁVEL: Chefe de esquadrão		REVISADO EM:
ATIVIDADES CRÍTICAS:		
1. Momentos Iniciais da abordagem; 2. Estabelecer posicionamento da(s) pessoa(s) para realização da busca pessoal. 3. Fazer a identificação de pessoa(s) que se prontifique(m) a ser(em) arrolada(s) como testemunha(s). 4. Procurar objetos ilícitos ou que possam ameaçar à integridade física de policiais ou de outrem.		
SEQUENCIA DAS AÇÕES:		
1. Constatar-se das condições de segurança do cenário onde deverá realizar o procedimento de abordagem e logo em depois prestar informações ao Centro Integrado de Operações - CIOPS acerca da abordagem. 2. Ordenar ao(s) suspeito(s) que pare por meio do uso dos dispositivos de alerta sonoros (sirene) e luminosos (farol alto). 3. Estacionar as motocicletas da Guarnição, a uma distância de aproximadamente 05 (cinco) metros, do(s) suspeito(s). 4. Efetuar empunhadura do armamento em posição de segurança e logo depois o Comandante da guarnição fará a verbalização da seguinte maneira: “POLICIA!” “MÃOS NA CABEÇA!”, “VIRE(M) DE COSTAS PARA MIM!”, “ ENTRELACE(M) OS DEDOS!”, “AFASTE(M)-SE UM DO(S) OUTRO(S)!”, “ABRA(M) AS PERNAS O MÁXIMO POSSÍVEL E OLHE(M) PARA FRENTE!”. 5. Ordenar ao 2º motociclista (policial) que faça o desembarque rápido e seguro, a fim de que possa continuar realizando a segurança para em seguida ele mesmo (Comandante) desembarcar. 6. Averiguar, durante a aproximação, se a arma do policial Responsável pela revista esteja mantida no coldre fechado, antes do início da busca pessoal do abordado pelas costas, para que tenha as mãos livres em caso de reação ou resistência física. 7. Por os suspeitos de costas para o revistador e alinhados lado a lado a 2(dois) metros atrás da linha (caso haja mais de um suspeito). 8. Com uma das mãos, o revistador deverá imobilizar as mãos entrelaçadas do abordado e com a outra fará o tato iniciando pela		

região da cintura, depois verificar a região do abdômen, e, por fim, o membro inferior do mesmo lado. O procedimento deverá ser feito do lado oposto. 9. Caso for encontrado objeto ilícito durante a busca, reiniciar busca mais criteriosa e pedir apoio de uma viatura para condução para a delegacia da área. 10. Selecionar e fazer o registro de todos os objetos ilícitos localizados 11. Realizar averiguação dos documentos e busca no entorno do local da abordagem no intuito de encontrar material ilícito que possa ser escusado pelo(s) abordado(s). 12. Proceder com identificação e registro dos dados pessoais do abordado e realizar pesquisa acerca dos antecedentes criminais. 13. Colher dados pessoais de testemunhas que possam ser convocadas a serem ouvidas acerca dos fatos. 14. Realizar a condução do(s) suspeito(s), em caso for constatado a ilicitude, para a delegacia da área. 15. Finalizar a abordagem de maneira cortês, caso não seja constatado nada de ilegal, onde o Comandante da guarnição fará liberação do(s) abordado(s) informando o motivo da abordagem com a seguinte frase: "SENHOR(A) ESTE É UM PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO DA POLÍCIA MILITAR".
RESULTADOS ESPERADOS:
1. Que o local estabelecido pela guarnição para proceder com a abordagem seja o mais seguro para os transeuntes, para a guarnição, e para o(s) abordado(s). 2. Que a guarnição observe: superioridade numérica, superioridade do armamento, uso dos equipamentos de proteção individual no afã de diminuir os riscos em caso de fuga ou reação agressiva do(s) abordado(s). 3. Que as ações policiais estejam pautadas nos princípios da legalidade e padrões técnicos de abordagem, prezando pelo respeito aos abordados e a população em cada procedimento. 4. Que a guarnição priorize os princípios da proporcionalidade e também do uso diferenciado da força conforme o grau de risco demonstrado pelo(s) abordado(s).
AÇÕES CORRETIVAS:
1. Caso o(s) abordado(s) se não admita(m) a se submeter(m) aos procedimentos de busca pessoal, deverá(ão) ser(m) orientada(s) acerca das consequências legais da desobediência. Em persistindo a desobediência, adotar o uso diferenciado da força e efetuar a condução para delegacia de área. 2. Em caso de pessoa(s) em fundada suspeita se negue(m) a se submeter(m) aos procedimentos de abordagem, deverá(ão) ser(m) alertada(s), em primeiro lugar, sobre as consequências legais da desobediência. Persistindo a desobediência, aplicar o uso diferenciado da força e proceder com a condução para delegacia de área. 3. Em caso de pessoa(s) abordadas em fundada suspeita retardar(em) acatar ou responder as ordens, sem projetar(em) resistência, pressupor a probabilidade de ser(em) deficiente(s) físico(s); caso for certificado de

tal situação, agir com respeito às limitações por sinais com as mãos, porém continuar procedimento com segurança.

POSSIBILIDADES DE ERRO:

1. Não requisitar apoio quando necessário ao desenvolvimento da ocorrência e tampouco observar a superioridade numérica dos suspeitos.
2. Não proceder antes de tudo com a busca pessoal e depois proceder com a vistoria veicular, bem como não averiguar os documentos pessoais do abordado(s) e do veículo(s) através do CIOPS.
3. Agir de forma isolada, não observando a segurança complementar por outro policial.
4. Desprezar os princípios de segurança policial de abordagem tais como:
a) deixar de empunhar arma de fogo em condições de uso; b) apontar indevidamente arma de fogo para pessoa(s); c) violar regras de segurança de linha de tiro contra pessoas e outros policiais; d) confundir atribuições ou distrair-se durante abordagem;
5. Utilizar arma de fogo ou equipamentos menos que letais de maneira incorreta ou desproporcional;
6. Verbalizar de forma incorreta e não clara.

Fonte: Adaptado de SENASP (2010), PMMA (2017) e PMAM (2015).

	POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTOCICLÍSTICO	PROCESSO: PROCEDIMENTO:
NOME DO PROCEDIMENTO: Abordagem feita por no mínimo 03 (três) policiais e 02 (duas) motocicletas a motocicleta sob fundada suspeita.		ESTABELECIDO EM:
RESPONSÁVEL: Chefe de esquadrão		REVISADO EM:
ATIVIDADES CRÍTICAS:		
1. Momentos Iniciais da abordagem; 2. Desembarque do(s) ocupante(s) da motocicleta para ser(em) submetido(s) à busca 3. Fazer a identificação de pessoa(s) que se prontifique(m) a ser(em) arrolada(s) como testemunha(s). 4. Procurar objetos ilícitos ou que possam ameaçar à integridade física de policiais ou de outrem. 5. Momentos do desfecho da abordagem.		
SEQUENCIA DAS AÇÕES:		
1. Constatar-se das condições de segurança do cenário onde deverá realizar o procedimento de abordagem e logo em depois prestar informações ao Centro Integrado de Operações - CIOPS acerca da abordagem. 2. Ordenar ao condutor da motocicleta suspeita que pare por meio do uso dos dispositivos de alerta sonoros (sirene) e luminosos (farol alto). 3. Estacionar as motocicletas da Guarnição, a uma distância de aproximadamente 05 (cinco) metros, do(s) suspeito(s). 4. Efetuar empunhadura do armamento em posição de segurança e logo depois o Comandante da guarnição fará a verbalização da seguinte maneira: “POLICIA! DESLIGUE A MOTO E RETIRE A CHAVE DA IGNIÇÃO! COLOQUE AS MÃOS PARA CIMA E NÃO RETIRE O CAPACETE!”, “DESÇA(M) COM AS MÃOS PARA CIMA!”, “VENHA(M) PARA TRÁS DO VEÍCULO, OLHANDO PARA MIM!” , “VIRE(M)-SE DE COSTAS!”, “MÃOS NA CABEÇA, ENTRELACE(M) OS DEDOS!”, “AFASTE(M)-SE UM DO OUTRO!” (se houver mais de um suspeito), “ABRA(M) AS PERNAS O MÁXIMO POSSÍVEL E OLHE(M) PARA FRENTE!”. 5. Ordenar ao 2º motociclista (policial) que faça o desembarque rápido e seguro, a fim de que possa continuar realizando a segurança para em seguida ele mesmo (Comandante) desembarcar. 6. Começar a busca pessoal a cada suspeito (acaso tenha mais de um), conforme POP anterior de abordagem a pessoa(s) em atitude(s) tida(s) como suspeita(s). 7. Realizar averiguação dos documentos e busca no entorno do local da		

abordagem no intuito de encontrar material ilícito que possa ser escusado pelo(s) abordado(s). 8. Finalizar a abordagem de maneira cortês, caso não seja constatado nada de ilegal, onde o Comandante da guarnição fará liberação do(s) abordado(s) informando o motivo da abordagem com a seguinte frase: “SENHOR(A) ESTE É UM PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO DA POLÍCIA MILITAR”. 9. Realizar a condução do(s) suspeito(s), em caso for constatado a ilicitude, para a delegacia da área.
RESULTADOS ESPERADOS:
1. Que o local estabelecido pela guarnição para proceder com a abordagem seja o mais seguro para os transeuntes, para a guarnição, e para o(s) abordado(s). 2. Que a guarnição observe: superioridade numérica, superioridade do armamento, uso dos equipamentos de proteção individual no afã de diminuir os riscos em caso de fuga ou reação agressiva do(s) abordado(s). 3. Que as ações policiais estejam pautadas nos princípios da legalidade e padrões técnicos de abordagem, prezando pelo respeito aos abordados e a população em cada procedimento. 4. Que a guarnição priorize os princípios da proporcionalidade e também do uso diferenciado da força conforme o grau de risco demonstrado pelo(s) abordado(s).
AÇÕES CORRETIVAS:
1. Caso o(s) abordado(s) se não admita(m) a se submeter(m) aos procedimentos de busca pessoal, deverá(ão) ser(m) orientada(s) acerca das consequências legais da desobediência. Em persistindo a desobediência, adotar o uso diferenciado da força e efetuar a condução para delegacia de área. 2. Em caso de pessoa(s) em fundada suspeita se negue(m) a se submeter(m) aos procedimentos de abordagem, deverá(ão) ser(m) alertada(s), em primeiro lugar, sobre as consequências legais da desobediência. Persistindo a desobediência, aplicar o uso diferenciado da força e proceder com a condução para delegacia de área. 3. Em caso de pessoa(s) abordadas em fundada suspeita retardar(em) acatar ou responder as ordens, sem projetar(em) resistência, pressupor a probabilidade de ser(em) deficiente(s) físico(s); caso for certificado de tal situação, agir com respeito às limitações por sinais com as mãos, porém continuar procedimento com segurança.
POSSIBILIDADES DE ERRO:
1. Não requisitar apoio quando necessário ao desenvolvimento da ocorrência e tampouco observar a superioridade numérica dos suspeitos. 2. Não proceder antes de tudo com a busca pessoal e depois proceder com a vistoria veicular, bem como não averiguar os documentos pessoais do abordado(s) e do veículo(s) através do CIOPS. 3. Agir de forma isolada, não observando a segurança complementar por

outro policial.

4. Desprezar os princípios de segurança policial de abordagem tais como:
a) deixar de empunhar arma de fogo em condições de uso; b) apontar indevidamente arma de fogo para pessoa(s); c) violar regras de segurança de linha de tiro contra pessoas e outros policiais; d) confundir atribuições ou distrair-se durante abordagem;
5. Utilizar arma de fogo ou equipamentos menos que letais de maneira incorreta ou desproporcional;
6. Verbalizar de forma incorreta e não clara.

Fonte: Adaptado de SENASP (2010), PMMA (2017) e PMAM (2015).

	POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTOCICLÍSTICO	PROCESSO: PROCEDIMENTO:
NOME DO PROCEDIMENTO: Abordagem feita por no mínimo 03 (três) policiais e 02 (duas) motocicletas a veículos sob fundada suspeita.		ESTABELECIDO EM:
RESPONSÁVEL: Chefe de esquadrão		REVISADO EM:
ATIVIDADES CRÍTICAS:		
1. Momentos Iniciais da abordagem; 2. Estabelecer posicionamento da(s) pessoa(s) para realização da busca pessoal. 3. Fazer a identificação de pessoa(s) que se prontifique(m) a ser(em) arrolada(s) como testemunha(s). 4. Procurar objetos ilícitos ou que possam ameaçar à integridade física de policiais ou de outrem. 5. Momentos do desfecho da abordagem.		
SEQUENCIA DAS AÇÕES:		
1. Constatar-se das condições de segurança do cenário onde deverá realizar o procedimento de abordagem e logo em depois prestar informações ao Centro Integrado de Operações - CIOPS acerca da abordagem. 2. Ordenar ao(s) suspeito(s) que pare por meio do uso dos dispositivos de alerta sonoros (sirene) e luminosos (farol alto). 3. Estacionar as motocicletas da Guarnição, a uma distância de aproximadamente 05 (cinco) metros, do(s) suspeito(s). 4. Efetuar empunhadura do armamento em posição de segurança e logo depois o Comandante da guarnição fará a verbalização da seguinte maneira: “POLICIA! DESLIGUE O VEÍCULO! “COLOQUE AS DUAS MÃOS PARA FORA!”, “COM UMA DAS MÃOS, ABRA A PORTA PELO LADO DE FORA!”, “DESÇA COM AS MÃOS PARA CIMA E VIRE-SE DE COSTAS!”, “MÃOS NA CABEÇA, ENTRELACE OS DEDOS!”, “TEM MAIS ALGUÉM NO VEÍCULO?”, “CAMINHE DE COSTAS EM MINHA DIREÇÃO!” (ao aproximar da porta traseira), “ABRA A PORTA TRASEIRA!”, “CONTINUE CAMINHANDO DE COSTAS EM MINHA DIREÇÃO, “POSICIONE-SE ATRÁS VEÍCULO”, “ABRA(M) AS PERNAS O MÁXIMO POSSÍVEL E OLHE PARA FRENTE!”. 5. Caso haja outra pessoa no banco do passageiro dianteiro, verbalize: “PASSAGEIRO!” continuar mesmo procedimento anterior a partir de “COLOQUE AS DUAS MÃOS PARA FORA!”. 6. Caso for constatado mais passageiro(s) no banco traseiro, verbalize: “DEMAIS PASSAGEIROS DESÇAM COM AS MÃOS PARA CIMA E VIRE-SE DE COSTAS!”, “MÃOS NA CABEÇA, ENTRELACE OS		

DEDOS!", "CAMINHEM DE COSTAS EM MINHA DIREÇÃO!", "POSICIONEM-SE ATRÁS VEÍCULO", "ABRAM AS PERNAS O MÁXIMO POSSÍVEL E OLHE PARA FRENTE!". - Manter os suspeitos alinhados lado a lado de costas. - Ordenar ao 2º motociclista (policial) que faça o desembarque rápido e seguro, a fim de que possa continuar realizando a segurança para em seguida ele mesmo (Comandante) desembarcar. - Por os suspeitos de costas para o revistador e alinhados lado a lado a 2(dois) metros atrás da linha (caso haja mais de um suspeito). - Averiguar, durante a aproximação, se a arma do policial Responsável pela revista esteja mantida no coldre fechado, antes do início da busca pessoal do abordado pelas costas, para que tenha as mãos livres em caso de reação ou resistência física. - Realizar checagem da documentação o 2º motociclista e fará busca no perímetro da abordagem com objetivo de encontrar material ilícito que possa ser dispensado pelo(s) abordado(s). - Realizar a condução do(s) suspeito(s), em caso for constatado a ilicitude, para a delegacia da área. - Finalizar a abordagem de maneira cortês, caso não seja constatado nada de ilegal, onde o Comandante da guarnição fará liberação do(s) abordado(s) informando o motivo da abordagem com a seguinte frase: "SENHOR(A) ESTE É UM PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO DA POLÍCIA MILITAR".
RESULTADOS ESPERADOS: - Que o local estabelecido pela guarnição para proceder com a abordagem seja o mais seguro para os transeuntes, para a guarnição, e para o(s) abordado(s). - Que a guarnição observe: superioridade numérica, superioridade do armamento, uso dos equipamentos de proteção individual no afã de diminuir os riscos em caso de fuga ou reação agressiva do(s) abordado(s). - Que as ações policiais estejam pautadas nos princípios da legalidade e padrões técnicos de abordagem, prezando pelo respeito aos abordados e a população em cada procedimento. - Que a guarnição priorize os princípios da proporcionalidade e também do uso diferenciado da força conforme o grau de risco demonstrado pelo(s) abordado(s).
AÇÕES CORRETIVAS: - Caso o(s) abordado(s) se não admita(m) a se submeter(m) aos procedimentos de busca pessoal, deverá(ão) ser(m) orientada(s) acerca das consequências legais da desobediência. Em persistindo a desobediência, adotar o uso diferenciado da força e efetuar a condução para delegacia de área. - Em caso de pessoa(s) em fundada suspeita se negue(m) a se submeter(m) aos procedimentos de abordagem, deverá(ão) ser(m) alertada(s), em primeiro lugar, sobre as consequências legais da desobediência. Persistindo a desobediência, aplicar o uso diferenciado da força e proceder com a condução para delegacia de área. - Em caso de pessoa(s) abordadas em fundada suspeita retardar(em)

acatar ou responder as ordens, sem projetar(em) resistência, pressupor a probabilidade de ser(em) deficiente(s) físico(s); caso for certificado de tal situação, agir com respeito às limitações por sinais com as mãos, porém continuar procedimento com segurança.

POSSIBILIDADES DE ERRO:

1. Não requisitar apoio quando necessário ao desenvolvimento da ocorrência e tampouco observar a superioridade numérica dos suspeitos.
2. Não proceder antes de tudo com a busca pessoal e depois proceder com a vistoria veicular, bem como não averiguar os documentos pessoais do abordado(s) e do veículo(s) através do CIOPS.
3. Agir de forma isolada, não observando a segurança complementar por outro policial.
4. Desprezar os princípios de segurança policial de abordagem tais como:
a) deixar de empunhar arma de fogo em condições de uso; b) apontar indevidamente arma de fogo para pessoa(s); c) violar regras de segurança de linha de tiro contra pessoas e outros policiais; d) confundir atribuições ou distrair-se durante abordagem;
5. Utilizar arma de fogo ou equipamentos menos que letais de maneira incorreta ou desproporcional;
6. Verbalizar de forma incorreta e não clara.

Fonte: Adaptado de SENASP (2010), PMMA (2017) e PMAM (2015).